

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ENGENHARIA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

GLÁUCIA LUCIANE CHAM MENEZES CÂNDIDO DE PAULA

**EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL NO NOROESTE
PAULISTA E A PNATER: A VISÃO DOS EXTENSIONISTAS E DOS
AGRICULTORES FAMILIARES.**

Ilha Solteira
2022



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Ilha Solteira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA
SISTEMAS DE PRODUÇÃO

GLÁUCIA LUCIANE CHAM MENEZES CÂNDIDO DE PAULA

**EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL NO NOROESTE
PAULISTA E A PNATER: A VISÃO DOS EXTENSIONISTAS E DOS
AGRICULTORES FAMILIARES.**

Tese apresentada à Faculdade de Engenharia
de Ilha Solteira – UNESP para obtenção do
título de Doutora em Agronomia.
Especialidade: Sistemas de Produção
Orientador: Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant’Ana

Ilha Solteira
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

P324e Paula, Gláucia Luciane Cham Menezes Cândido de.
Experiências de trabalho de extensão rural no Noroeste Paulista e a PNATER:
a visão dos extensionistas e dos agricultores familiares / Gláucia Luciane Cham
Menezes Cândido de Paula. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2022
86 f. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia
de Ilha Solteira. Área de conhecimento: Sistemas de Produção, 2022

Orientador: Antonio Lázaro Sant'Ana
Inclui bibliografia

1. Métodos de extensão rural. 2. Participação. 3. Lei de Ater. 4. Políticas
públicas. 5. Agricultura familiar.


Raiane da Silva Santos

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL NO NOROESTE PAULISTA E A PNATER: A VISÃO DOS EXTENSIONISTAS E AGRICULTORES FAMILIARES

AUTORA: GLAUCIA LUCIANE CHAM MENEZES CÂNDIDO DE PAULA

ORIENTADOR: ANTONIO LAZARO SANT ANA

COORIENTADOR: MARCO EUSTAQUIO DE SA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em AGRONOMIA, área: Sistemas de Produção pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT ANA (Participação Virtual)
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

Prof. Dr. OMAR JORGE SABBAG (Participação Virtual)
Defitase / Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. JEFFERSON ANTHONY GABRIEL DE OLIVEIRA (Participação Virtual)
Departamento de Agronomia / Faculdades Integradas de Três Lagoas - AEMS

Prof. Dr. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. MURILO DIDONET DE MORAES (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (DCS) / Universidade do Estado de Minas Gerais

Ilha Solteira, 23 de agosto de 2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos protagonistas dessa pesquisa: os extensionistas e os agricultores do nosso país e aos agricultores que não pude conhecer devido ao falecimento por Covid.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, que me deu energia e benefícios para concluir todo esse trabalho;

À minha família pela paciência e por ser a minha base, em especial à minha avó (*In Memoriam*) Aparecida Garcia Gasparoto, por ser minha inspiração, e à minha mãe Terezinha Elizete Gasparoto Cham, pela força de não deixar eu desistir!

Ao meu marido Guilherme Menezes Cândido de Paula, pelo apoio de sempre e ao meu filho Gabriel Cham Cândido de Paula, minha maior motivação, à minha sogra Solange Ponzo de Menezes, pelo incentivo de sempre. Também ao meu cachorro de estimação Nikolas, por todas as noites que me acompanhou, enquanto eu escrevia!

Ao orientador Prof. Prof. Dr. Antônio Lázaro Sant'Ana exemplo de profissional, por ter me incentivado durante todo o processo e pela confiança;

A todos os colegas de equipe pelo companheirismo, em especial Daniela Capelas Centeno Nakao, por ser minha parceira de viagem todos os dias, e contribuir com meu trabalho, durante toda essa jornada; e à Vanessa Dias Rezende Trindade, por me apoiar tanto no meu mestrado, como no Doutorado, sem ela, hoje eu não teria conseguido chegar até aqui.

Antes de julgar a minha vida ou o meu caráter... calce os meus sapatos e percorra o caminho que eu percorri, viva as minhas tristezas, as minhas dúvidas e as minhas alegrias. Percorra os anos que eu percorri, tropece onde eu tropecei e levante-se assim como eu fiz. E então, só aí poderás julgar. Cada um tem a sua própria história. Não compare a sua vida com a dos outros. Você não sabe como foi o caminho que eles tiveram que trilhar na vida.

Autor desconhecido, mas há relatos, atribuindo à Clarice Lispector.

RESUMO

A pesquisa que originou essa tese analisou experiências consideradas mais relevantes em termos de qualidade do trabalho extensionista, investigando se tais experiências se aproximam (ou não) dos princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), de 2010, na Microrregião Geográfica de Fernandópolis-SP. Inicialmente foram coletadas indicações, de trabalhos/projetos de extensão rural que mais se destacavam quanto à qualidade, desenvolvidos com o público abrangido pela PNATER. A seleção, das quatro experiências de extensão rural da referida Microrregião e que envolveram sete extensionistas (pois três atuaram no mesmo projeto), foi realizada a partir de indicações das instituições de extensão rural, representantes dos agricultores familiares e de outras entidades. Utilizou-se a entrevista com roteiro semiestruturado, com o intuito de conhecer cada experiência de forma ampla, além de verificar possíveis relações com os princípios e objetivos da PNATER. Após a primeira etapa do trabalho foi selecionada a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita (Populina/Turmalina), que participaram do Projeto Microbacias II, e aplicado um questionário junto a 33 agricultores associados, com o objetivo de analisar a visão dos agricultores sobre o trabalho de extensão em estudo, além comparar com os princípios e objetivos da PNATER. A análise evidenciou que em todos os trabalhos/projetos buscou-se a participação do público, mas com pouca diversidade de métodos, devido à dificuldade dos extensionistas em adotarem metodologias que envolvem maior participação do público (dinâmicas de grupo). Também foram pouco frequentes ou estavam ausentes conteúdos referente ao sistema de produção de base ecológica, compartilhamento de saberes (científico/tradicional) e temas transversais como a equidade de gênero. Os agricultores reconhecem o esforço dos extensionistas para que participassem do processo de discussão e definição do projeto, assim como a utilidade e importância dos bens adquiridos. Ressentiram com a descontinuidade do trabalho de extensão rural em função do recuo de algumas políticas públicas e do advento da pandemia, que tornou inviável até mesmo as reuniões entre os associados. Todos os trabalhos trataram de mais de um princípio e alguns objetivos presentes na PNATER, mas sem estarem articulados de modo efetivo para atender o Princípio I e o Objetivo I da PNATER as quais tratam do desenvolvimento rural sustentável. Concluiu-se que a formação incompleta e/ou a não atualização dos extensionistas (não conhecem a Lei), tanto em termos de conteúdo quanto à perspectiva humanista crítica, que serviu de base para a elaboração dos princípios e objetivos da PNATER, pode ser um dos motivos de tais dificuldades e de algumas lacunas temáticas nas experiências estudadas.

Palavras-chave: métodos de extensão rural; participação; Lei de ATER; políticas públicas; agricultura familiar.

ABSTRACT

The research that originated this thesis analyzed experiences considered more relevant in terms of the quality of extension work, investigating whether such experiences are close (or not) to the principles and objectives of the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), of 2010, in Geographic Microregion of Fernandópolis-SP. Initially, indications were collected from rural extension works/projects that stood out the most in terms of quality, developed with the public covered by the PNATER. The selection of the four rural extension experiences in the aforementioned Microregion, which involved seven extension workers (since three worked on the same project), was carried out based on indications from rural extension institutions, representatives of family farmers and other entities. The interview with a semi-structured script was used, in order to get to know each experience in a broad way, in addition to verifying possible relationships with the principles and objectives of PNATER. After the first stage of the work, the Association of Small Rural Producers Assentamento Santa Rita (Populina/Turmalina) was selected, which participated in the Microbacias II Project, and a questionnaire was applied to 33 associated farmers, with the objective of analyzing the farmers' view on the extension work under study, in addition to comparing with the principles and objectives of PNATER. The analysis showed that in all the works/projects the participation of the public was sought, but with little diversity of methods, due to the difficulty of extensionists in adopting methodologies that involve greater public participation (group dynamics). Content referring to the ecologically based production system, knowledge sharing (scientific/traditional) and transversal themes such as gender equity were also infrequent or absent. Farmers recognize the efforts of extension workers to participate in the process of discussing and defining the project, as well as the usefulness and importance of the acquired goods. They resented the discontinuity of rural extension work due to the retreat of some public policies and the advent of the pandemic, which made even meetings between associates unfeasible. All works dealt with more than one principle and some objectives present in PNATER, but without being effectively articulated to meet Principle I and Objective I of PNATER, which deal with sustainable rural development. It was concluded that the incomplete training and/or non-updating of extension workers (they do not know the Law), both in terms of content and the critical humanist perspective, which served as the basis for the elaboration of the principles and objectives of the PNATER, can be a the reasons for such difficulties and some thematic gaps in the experiences studied.

Keywords: rural extension methods; participation; ATER Law; public policy; family farming.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Croqui 1	Municípios que compõem MGR de Fernandópolis - SP.....	19
Fluxograma 1	De Metodologia.....	24

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Frequência dos termos de busca, nas entrevistas realizadas com os Extensionistas pesquisados referentes as questões que envolviam a participação do público no projeto/trabalho e em relação às metodologias utilizadas.....	32
Figura 2	Distribuição percentual, em função da produção das principais culturas, na Associação dos pequenos produtores rurais Assentamento Santa Rita.....	45
Figura 3	Distribuição percentual, em função da faixa etária, dos agricultores pesquisados, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	46
Figura 4	Distribuição percentual, em função da escolaridade, dos agricultores pesquisados, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	47
Figura 5	Distribuição percentual, em função do tempo que trabalha como agricultor pesquisados, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	48
Figura 6	Distribuição percentual, em função do número de pessoas da família que moram nos estabelecimentos rurais pesquisados da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	48
Figura 7	Distribuição percentual, em função do tipo de renda principal que o agricultor possui, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	50

Figura 8	Distribuição percentual, em função da linha de crédito, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	51
Figura 9	Distribuição percentual, em função do destino da produção, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	52
Figura 10	Distribuição percentual, das empresas que deram assistência antes do início da Pandemia na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	52
Figura 11	Distribuição percentual dos agricultores pesquisados na Associação dos pequenos produtores rurais Assentamento Santa Rita, em função do acesso de políticas públicas.....	54
Figura 12	Distribuição percentual, em função participação dos agricultores pesquisados nas reuniões da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	55
Figura 13	Distribuição percentual, em função da presença em reunião na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	55
Figura 14	Distribuição percentual, em função das técnicas de extensão rural, aplicadas em reuniões do Programa Microbacias II, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	56
Figura 15	Distribuição percentual, em função informações recebidas nas reuniões e nas conversas sobre a aquisição dos bens, contrapartidas na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	58

Figura 16	Distribuição percentual, em função de equipamentos adquiridos quanto à utilidade na Associação dos pequenos produtores rurais Assentamento Santa Rita.....	59
Figura 17	Distribuição percentual, em função dos equipamentos adquiridos quanto à condição de pagamento na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	60
Figura 18	Distribuição percentual, em função do Papel desempenhado pelas seguintes pessoas, organizações e instituições na discussão da proposta e para a obtenção desses benefícios, adquiridos pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita, por meio do Programa Microbacias II.....	61
Figura 19	Distribuição percentual, em função do Papel desempenhado pelas seguintes pessoas, organizações e instituições na gestão e organização da utilização dos equipamentos, adquiridos pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita, por meio do Programa Microbacias II.....	61
Figura 20	Distribuição percentual, técnicos ou instituições que continuam dando assistência no uso e/ou na gestão dos equipamentos adquiridos pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	63
Figura 21	Distribuição percentual, dos agricultores pesquisados da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita, em relação a mudanças, diversificação ou ampliação da produção em função da participação no Projeto Microbacias II.....	64

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDRS	Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPAIS	Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 CONTEXTO E METODOLOGIA DA PESQUISA.....	18
2.1 Características Gerais da MRG de Fernandópolis.....	18
2.2 A Pandemia d Covid-19.....	20
2.3 Metodologia da Pesquisa.....	21
3 AGRICULTURA FAMILIAR E EXTENSÃO RURAL.....	25
3.1 Definição e Importância dos Agricultores Familiares no Brasil.....	25
3.2 A Definição da Extensão Rural.....	25
3.3 Lei da Extensão Rural: a PNATER.....	26
4 OS MELHORES TRABALHOS DE EXTENSÃO DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA (RGI) DE FERNANDÓPOLIS E A PNATER.....	29
5 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS E DOS AGRICULTORES DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS ASSENTAMENTO SANTA RITA.....	44
5.1 Características dos Estabelecimentos e dos Agricultores Associados.....	45
5.2 Políticas Públicas e a Assistência Técnica e Extensão Rural: a Visão dos Agricultores da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.....	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE A - Ficha de identificação do Extensionista.....	75
APÊNDICE B - Formulário de entrevistas aplicado aos Extensionistas.....	77
APÊNDICE C - Questionário aplicado aos agricultores familiares.....	80

1 INTRODUÇÃO

Por meio da Lei nº 12.188/2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER, foram estabelecidas as diretrizes básicas atuais do trabalho de extensão rural no Brasil, tendo como atores protagonistas do processo os extensionistas e os agricultores familiares. A referida Política, em seus princípios e objetivos, visa, entre outros aspectos, o desenvolvimento sustentável, valoriza o compartilhamento de conhecimentos técnicos entre a ciência e o saber empírico e tradicional e, em termos metodológicos, busca estabelecer relações dialógicas e horizontais entre os técnicos e os agricultores, em oposição à concepção difusionista de extensão rural que se caracteriza por uma visão unidirecional do conhecimento, do técnico que traz as inovações ao agricultor (BRASIL, 2010).

Abordagens recentes, mais alinhadas com os pressupostos da PNATER, trabalham com a vertente teórica denominada produção de novidades, em que se reconhece que práticas e processos também são criados e/ou adaptados pelos agricultores familiares para produzir, comercializar e viver no campo (OLIVEIRA *et al.*, 2011), a partir de suas experiências e de sua relação com a natureza, o que se constituiria também em uma forma de aprendizado, a ecoformação (SILVA; GRZEBIELUCKAS; SANTOS, 2019).

Zambra, Souza e Costa (2018) afirmam que a inserção das políticas públicas de desenvolvimento rural, por meio da ATER, tem levado ao desenvolvimento local, com a participação dos agricultores familiares, por meio de iniciativas comunitárias, parceria com o Estado, prefeituras, empresas privadas e/ou sindicatos. Outros trabalhos como o de Pelegrini e Simões (2011) constataam que a deficiência de assistência técnica e extensão rural (número de extensionistas insuficiente, falta de treinamento e capacitação dos técnicos, desarticulação entre o sistema de pesquisa e o de extensão), ainda é um desafio.

Diante desse contexto, uma questão que surge é se tem sido possível desenvolver trabalhos de extensão rural coerentes com os princípios e objetivos da PNATER.

Neste contexto, o presente trabalho teve por objetivo analisar experiências consideradas mais relevantes em termos de ações de extensão rural pública e seus possíveis efeitos transformadores na realidade local, no caso, a Microrregião Geográfica (MRG) de Fernandópolis (SP). Portanto, a investigação teve como foco reunir, descrever e analisar essas experiências, a partir da percepção dos extensionistas sobre seu trabalho, expressos em suas concepções e práticas; e com base na visão dos agricultores envolvidos em uma dessas experiências de extensão rural. Buscou-se também discutir

em que medida tais experiências se aproximam (ou não) dos princípios e objetivos definidos na PNATER.

Adota-se as hipóteses de que essas experiências de extensão rural, em função de um conjunto de restrições que enfrentam (contextuais, institucionais e de formação dos extensionistas), atendem apenas parcialmente e de forma incompleta os princípios e objetivos da PNATER.

Embora as proposições contidas na PNATER não devam ser consideradas ideais ou tratadas como algo fechado, essa Lei foi um marco na construção de uma extensão rural crítica e libertadora, comprometida com agricultores familiares e com o desenvolvimento sustentável do campo brasileiro.

A presente pesquisa faz parte de um projeto mais amplo, financiado pelo CNPq, que possui os mesmos objetivos, mas inclui outros pesquisadores e outras regiões do noroeste do estado de São Paulo, além da Região Geográfica Imediata (RGI) de Fernandópolis.

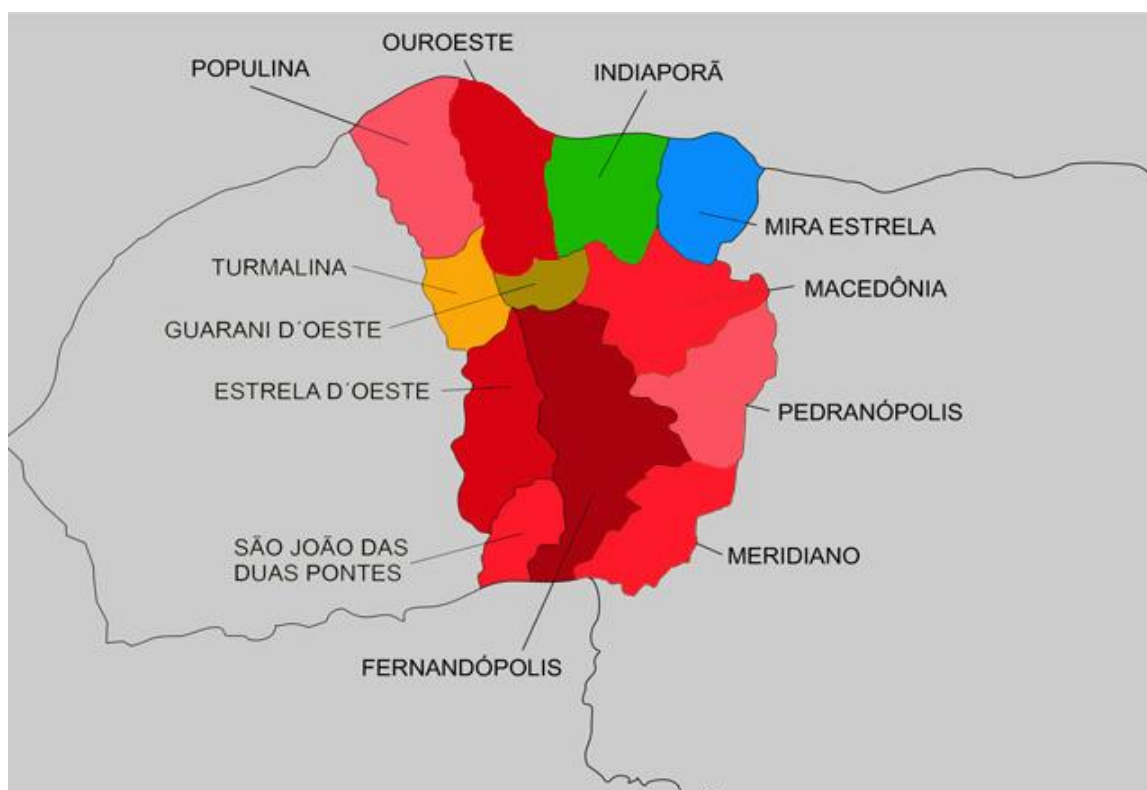
2 CONTEXTO E METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 Características Gerais da MRG de Fernandópolis

A Microrregião Geográfica (MRG) de Fernandópolis-SP é formada pelos seguintes municípios: Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Guarani d'Oeste, Indiaporã, Macedônia, Meridiano, Mira Estrela, Ouroeste, Pedranópolis, Populina e São João das Duas Pontes (Croqui 1).

A estrutura fundiária MRG Fernandópolis, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, o grupo de áreas que tem maior número de estabelecimento corresponde ao de 20 a menos de 50 ha. Os estabelecimentos situados intervalos de 5 a menos que 10ha e 10 a menos que 20ha, respectivamente, com 493 e 492 estabelecimentos agropecuários, áreas maiores (superiores a 500 ha), a quantidade de estabelecimento diminuiu (BRASIL, 2017).

Croqui 1 - Municípios que compõem MGR de Fernandópolis - SP



Fonte: Jornal Região Noroeste (2020).

Observa-se, por meio dos dados do Censo Agropecuário de 2017, que a MRG Fernandópolis tem 2.832 estabelecimentos agropecuários (71,9% dirigidos por agricultores familiares), em todos os grupos de área menores do que 100 ha.

Assim destacando-se como atividades principais a cana-de-açúcar com 84.672ha de área plantada (64 estabelecimentos), tendo uma produção expressiva, a laranja com 5.314ha (219 estabelecimentos), a seringueira com 4.451ha (292 estabelecimentos) e o milho que apresenta uma área total de 4.243ha, sendo 2.466ha em grão (169 estabelecimentos) e 1.777ha de milho forrageiro (190 estabelecimentos). Na pecuária destacam-se a bovinocultura de corte e de leite, com um total 195.940 cabeças (2.223 estabelecimentos) e a avicultura (galináceos) com 1.467.954 cabeças (1.041 estabelecimentos) (BRASIL, 2017).

2.2 A Pandemia da Covid-19

A definição de pandemia no conceito moderno, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) 2020, é o de uma epidemia de grandes proporções que se espalha a vários países, em mais de dois continentes, aproximadamente ao mesmo tempo.

A pandemia marcou a segunda etapa do trabalho, impondo o adiamento da pesquisa com os agricultores familiares e mudanças na metodologia (a última entrevista com um dos extensionistas foi realizada de forma remota, por meio de vídeo). Também causou perdas irreparáveis, como o falecimento de dois agricultores familiares participantes da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita e que seriam entrevistados.

No período mais intenso da pandemia, a assistência técnica e extensão rural (ATER) tornou-se praticamente inexistente, no caso da CATI passou a ser realizada por telefone em casos emergenciais, como é retratado pela pesquisa. Somente um extensionista, (veterinário) retomou o atendimento emergencial com visitas às propriedades, pois em função de ser da área da saúde, foi um dos primeiros a ser vacinado, e assim liberado para essas atividades emergenciais.

O prejuízo da pandemia ao agricultor familiar, não se limitou a diminuição no atendimento técnico, como consequência da diminuição das atividades sociais e econômicas, a partir do isolamento social, também surgiu a dificuldade de escoamento de alimentos pela agricultura familiar e com consequente aumento da vulnerabilidade social.

Também impediu a organização e socialização entre os agricultores, as reuniões, as conversas, que eram momentos de trocas experiências e saberes.

Por outro lado, a pandemia do novo coronavírus e as necessárias regras de distanciamento social geraram dificuldades para a realização dos atendimentos no meio rural, mas, de certa forma, antecipou a tendência de atendimentos remotos, com maior participação dos órgãos públicos e agricultores no meio digital, utilizando-se de ferramentas de mensagens, palestras e reuniões na forma de *lives*, entre outras, que embora não substituam o contato pessoal e presencial, pode ser mais uma das ferramentas da extensão rural.

2.3 Metodologia da Pesquisa

Na primeira fase da pesquisa, além do aprofundamento teórico e metodológico em relação aos temas da pesquisa, foram coletadas as indicações de trabalhos de extensionistas realizados junto ao público definido pela PNATER, sendo que na área de estudo este é composto basicamente por agricultores familiares tradicionais (no sentido de terem adquirido ou herdado a terra), mas também há um assentamento rural na região, o Assentamento Santa Rita que abrange os municípios de Populina (SP) e Turmalina (SP).

As indicações das experiências consideradas mais relevantes de extensão rural, na MRG de Fernandópolis, foram obtidas por meio de um formulário, com questões abertas (GIL, 2002), aplicado junto a representantes de instituições públicas (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral-CATI/Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável-CDRS, e prefeituras) e de organizações da sociedade civil (associações, cooperativas, sindicatos rurais e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar-Fetraf) relacionadas ao trabalho de extensão rural, em outubro de 2019.

O critério principal (recomendado às instituições ao indicar os Extensionistas ou equipes) é de que a atuação deveria ter características supostamente diferenciais, em termos de maior qualidade (a avaliação do que consiste essa maior “qualidade” ficou a cargo do informante, mas foi solicitada uma justificativa do mesmo para a indicação) em relação a outros trabalhos de extensão da instituição ou de que tenha conhecimento.

As experiências indicadas deviam circunscrever ao âmbito local (município ou até à Microrregião), com o envolvimento de um extensionista ou uma equipe que atuasse em conjunto, de preferência abrangendo mais de uma atividade ou produto. Os resultados

sociais e econômicos de cada uma das atividades para o(s) produtor(es) fazem parte da avaliação, mas o foco da análise foi a atuação dos extensionistas.

No total foram citadas sete experiências com a participação de nove Extensionistas, das quais foram selecionadas as quatro experiências mais indicadas e que envolviam sete Extensionistas (algumas indicações não configuravam trabalhos de extensão rural, sendo meros cursos ou ações de assistência técnica de curto prazo, e foram desconsideradas). Exceto uma delas, as entrevistas foram realizadas de forma presencial entre dezembro de 2019 e março de 2020. Uma última, que não possível de ser realizada naquela época, foi realizada por meio de um aplicativo de vídeo (Google Meet) em dezenove de maio de 2021.

As experiências selecionadas foram quatro: o trabalho realizado junto à Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita, no qual estavam vinculados três extensionistas da CATI/CDRS, identificados pelos números um, três, quatro; sendo que o extensionista de número três, desenvolveu o trabalho em Pedranópolis, na criação e o fortalecimento da Associação dos Pequenos produtores Rurais os Pioneiros, e simultaneamente por trabalhar na CATI/CDRS esteve envolvido no trabalho, também da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita; na sequência o extensionista da prefeitura de Turmalina, conveniado a CATI, ao qual foi atribuído o número seis e o extensionista do ITESP que recebeu o número sete; a Extensionista envolvida com a Associação de Mulheres Agricultoras de Estrela do Oeste (AMAE) foi identificada como número dois; e o Extensionista de número cinco, cujo trabalho relacionou-se com a Associação de Produtores Rurais de Indaiaporã.

A entrevista foi do tipo semiestruturada que consiste na elaboração de um roteiro com um número limitado de questões, às quais se agregam perguntas que surgem no decorrer da entrevista, o que permite ao entrevistador liberdade para explorar com maior profundidade determinados detalhes de seu interesse (ECKERT, 2012; MARCONI; LAKATOS, 2005).

Todas as entrevistas foram gravadas, com autorização expressa dos entrevistados. Mas antes de iniciar a gravação era preenchida uma ficha com dados básicos do entrevistado (nome, formação, tempo de trabalho, função na instituição que trabalhava, entre outras questões) e da experiência objeto da pesquisa (período de execução, público, abrangência territorial, equipe envolvida, entre outros aspectos) (Apêndice A).

O roteiro, elaborado em conjunto com a equipe que faz parte da pesquisa mais ampla, abordou os seguintes aspectos: origem e planejamento do trabalho/projeto, características gerais do trabalho/projeto realizado (público, objetivos, conteúdo das ações realizadas, metodologias de extensão rural utilizadas), avaliação do trabalho/projeto e possíveis relações com PNATER (Apêndice B).

As transcrições das entrevistas gravadas foram realizadas inicialmente por meio do transcritor automático do Google e, em seguida, procedeu-se à correção manual, comparando o áudio e o texto das transcrições automáticas.

Os dados da ficha prévia à entrevista foram tabulados no Excel e analisados por meio de estatística descritiva que geraram gráficos de frequências absolutas e relativas (percentuais). A análise do trabalho dos Extensionistas, teve uma perspectiva comparativa em relação aos princípios e objetivos da PNATER. Os textos obtidos a partir das entrevistas foram interpretados com base na análise de conteúdo do tipo temática (CAREGNATO; MUTTI, 2006), tendo como parâmetro os princípios e objetivos da PNATER. Após a releitura dos textos das entrevistas, procedeu-se a seleção de palavras-chaves relacionadas ao princípio III da PNATER que trata da “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” (BRASIL, 2010) e verificou-se a frequência das mesmas nas respostas dos entrevistados. Em seguida selecionou-se, levando-se em conta a diversidade das abordagens, trechos das entrevistas que abordavam direta ou indiretamente os princípios e objetivos da PNATER na descrição dos projetos/trabalhos realizados pelos Extensionistas. Em seguida procedeu-se à análise dos mesmos.

Dentre as quatro experiências, cujos Extensionistas foram entrevistados, selecionou-se uma que havia sido mais citada e que reunia maior número de Extensionistas, pois nenhuma destacava-se pela maior proximidade com princípios e objetivos da PNATER. Pesquisou-se nesse caso a visão dos agricultores envolvidos no trabalho de extensão vinculado à Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita, situada nos municípios de Populina e Turmalina, formada por agricultores familiares dos dois municípios, que trabalham com agricultura e pecuária. O instrumento de pesquisa aplicado consistiu em um questionário, cujo objetivo foi verificar entre o público de base da extensão rural, a avaliação que os mesmos têm a respeito das atividades desenvolvidas e da atuação da equipe de Extensionistas, em termos dos aspectos técnicos e de relacionamento pessoal, além de buscar verificar junto aos

agricultores quais mudanças ou aperfeiçoamentos precisariam ser realizados para melhorar o trabalho de extensão.

O questionário composto de perguntas abertas e fechadas (MARCONI; LAKATOS, 2005) levantou informações sobre as características do agricultor e dos estabelecimentos, dados da família e da mão de obra, criações, exploração vegetal, acesso às políticas públicas, e conhecimento sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (Apêndice C).

A aplicação do questionário foi realizada no campo, por meio de visita aos estabelecimentos rurais dos agricultores membros da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita, sendo que foram entrevistados todos os 13 associados que são assentados (moram no Assentamento Santa Rita) e 20 associados que são agricultores que residem em outras propriedades dos municípios de Populina e Turmalina. Buscou-se abranger todo o universo de agricultores envolvido no trabalho de extensão rural, ou seja, os 39 membros da referida Associação, mas não foi possível atingir todos, sendo assim foram entrevistados 33 associados, pois dois vieram a falecer, e quatro saíram da associação, por não estar produzindo produtos agropecuários, não tinham como continuar custeando as despesas, como sócios da associação. Após a tabulação dos dados no Excel, oriundos do questionário, a análise foi realizada com base em estatística descritiva, além de comparar as informações dos agricultores com aquelas obtidas nas entrevistas com os extensionistas, especialmente os aspectos relacionados aos princípios e objetivos da PNATER.

1 FLUXOGRAMA DE METODOLOGIA

1 ETAPA

Ficha com dados básicos sobre o entrevistado a instituição em que a atuava e sobre a sua experiência no objeto de pesquisa



-Entrevistas gravadas
- Transcritor do Google
-Correção manual comparando
Áudio e texto



2 ETAPA

Indicações das experiências consideradas mais relevantes de extensão rural formulário, com questões abertas Gil, (2002)



O questionário composto de perguntas abertas e fechadas (MARCONI; LAKATOS, 2005) tabulação dos dados no Excel, oriundos do questionário, a análise foi realizada com base em estatística descritiva.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E EXTENSÃO RURAL

3.1 Definição e Importância dos Agricultores Familiares no Brasil

No Brasil os estabelecimentos da agricultura familiar representavam 84% do total, em 2006, e, embora tenha diminuído sua abrangência, ainda eram a forma de produção característica de 76,8% do total de estabelecimentos em 2016 que ocupam 23% da área total e respondiam também por 23% do valor da produção e 67% de todo pessoal ativo em agropecuária no país (IBGE, 2017). Além disso, essa atividade é a base para a economia local de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, sendo encarregada pela renda de 40% da população economicamente ativa do país (IBGE, 2019).

A Organização das Nações Unidas-ONU (2018), destaca a necessidade de considerar a importância comercial da agricultura familiar já que ela participa com 80% de toda a produção mundial de alimentos. Nesse contexto, no mundo todo, aproximadamente 500 milhões de produtores rurais estão nesse sistema, o que corresponde a 90% de todas as propriedades agrícolas mundiais (ONU, 2018).

No Brasil é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, com mão de obra da própria família, parte da renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família, e que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais¹, dentre outros requisitos. Também estão abrangidos pela Lei nº 11.326/2006 os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados (EMBRAPA, 2018).

3.2 A Definição de Extensão Rural

Em termos clássicos a extensão rural é conceituada como um processo educativo que busca o desenvolvimento rural, utilizando métodos simples que levam o homem do campo a interpretar mensagens e responder com transformações, por identificação de suas necessidades e na resolução de problemas (OLINGER, 2001).

¹Módulo Fiscal (MF) é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais poderem ser consideradas economicamente viáveis. Landaue (2012, p.7)

Nesta perspectiva a extensão rural é entendida como um processo de educação informal, dirigida aos agricultores, dando a eles a oportunidade de elevar seus sistemas de produção e, conseqüentemente, promover a melhoria na qualidade de vida.

Para Bacha (2012), a extensão rural é um apanhado de atividades com a função de disseminar novas informações, técnicas e tecnologias sobre a produção vegetal e animal para os agricultores. Nesse caso o profissional de extensão é que realiza a ligação entre o setor de pesquisa agropecuária e o agricultor.

Em contrapartida Cotrim (2017) afirma, quanto à atuação dos extensionistas rurais, que nas práticas de extensão contemporâneas o papel do extensionista está sendo “gradualmente modificado”, deixando de ser um difusor de novas tecnologias para ser um agente de desenvolvimento rural. Caporal e Costabeber (2004, p. 70) também consideram que para ensinar e desenvolver uma agricultura sustentável, os profissionais da extensão devem mudar de papel, de modo que o agente deixe de atuar como um experto transferidor de tecnologias e passe a atuar como “um facilitador que trabalha com os agricultores para aprender, desenvolver tecnologias e transformar-se em experto”.

Nesse sentido, com base nas reflexões de autores como Thiollent (2011), cabe salientar que os processos de intervenção participativos devem contribuir para estimular os agricultores a se organizarem em torno de seus problemas, prioridades e demandas, valorizando suas potencialidades e suas capacidades de organização coletiva. Isso pode ser feito por meio de reuniões, seminários, entrevistas coletivas e aprendizagem conjunta na solução dos problemas identificados. Essa postura pode contribuir para o fortalecimento da capacidade coletiva de decisão e de controle quanto à definição da utilização dos recursos e da fixação das demandas dos agricultores, de acordo com as condições sociais, econômicas e do saber tradicional existente.

3.3 A Lei da Extensão Rural: a PNATER

No artigo 2 da Lei 12.188/2010, que criou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER, a extensão rural é definida como um:

[...] serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

Constata-se, que na PNATER, a definição de extensão rural é genérica e semelhante a outras anteriores, pois menciona-se o caráter educativo do trabalho de extensão rural, mas sabe-se que há diversas concepções de educação.

Para ser coerente com a proposta mais geral contida na PNATER, é necessário superar concepções e práticas de extensão rural baseadas no difusionismo tecnológico, muito centrado em aumento de produção e produtividade (RODRIGUES, 1997), e a concepção autoritária de educação, em que somente o técnico é o detentor do conhecimento a ser repassado aos agricultores (FREIRE, 2001). Este aspecto fica claro quando se observa os seis princípios que devem orientar as ações Extensionistas explicitados na PNATER:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

Estes princípios resultam em doze objetivos explicitados na PNATER:

Art. 4º São objetivos da PNATER: I - promover o desenvolvimento rural sustentável; II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais; IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários; V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e da biodiversidade; VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor à sua produção; IX - apoiar o associativismo e cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas, adequadas ao público beneficiário. (BRASIL, 2010).

Para Franco *et al.* (2019) a extensão rural na PNATER:

(...) segue uma orientação pedagógica dialógica e problematizadora, com foco nos agricultores deixados de lado pelo processo seletivo de modernização. Admite o extensionista como um catalisador de processos sociais, além de agente de promoção do desenvolvimento. A tecnologia, por sua vez, é considerada essencial, mas complementar ao processo de promoção do desenvolvimento, devendo ser local e socialmente adequada (FRANCO *et al.*, 2019, p.263).

Secchi (2010) considera que a PNATER se configura como uma política pública de gestão multicultural, pois confere protagonismo a diversos atores, estatais e não estatais (organizações não-governamentais – ONGs, organizações privadas, associações, organismos multilaterais etc.), na efetivação de ações para se enfrentar um problema de interesse coletivo.

Apesar de transcorrida mais de uma década da aprovação da PNATER, de modo geral constata-se que a maioria dos agricultores familiares continuam a não contar com um serviço regular e de qualidade de extensão rural, em função de deficiências de recursos, infraestrutura e pessoal das instituições prestadoras de serviços de ATER, especialmente quando se pretende construir processos ligados à agroecologia (CAPORAL; DAMBRÓS, 2017).

Deficiências da extensão rural, no entanto, não devem ser atribuídas somente ao número insuficiente de extensionistas, à baixa remuneração dos profissionais e às condições de infraestrutura das instituições onde trabalham, pois há também sérios problemas na formação dos profissionais de ciências agrárias para atuar como extensionistas na perspectiva indicada pela nova Lei de ATER, como ressaltam Diesel e Dias (2010).

Rambo *et al.* (2015) declara que a PNATER não tem atendido integralmente ao que se preconiza, principalmente por parte dos agentes de ATER que executam suas práticas ainda nos moldes difusionistas.

Moraes (2018) ao analisar a atuação da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), verificou que é ínfimo o percentual de extensionistas vinculados à área de ciências humanas e sociais, predominando profissionais de ciências agrárias; e também relata que mais de um terço dos extensionistas afirmaram não conhecer os princípios e objetivos da PNATER.

Por outro lado, há experiências institucionais, dos extensionistas e dos agricultores que buscam construir processos de extensão rural que contribuem para criar as condições necessárias ao desenvolvimento local/territorial, como são os casos de produção

agroecológica relacionada com o desenvolvimento local e com o conhecimento dos agricultores, “que aparecem como base interna capaz de impulsionar um modelo de desenvolvimento mais sustentável” (CAPORAL; DAMBRÓS, 2017, p. 281).

4 OS MELHORES TRABALHOS DE EXTENSÃO DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA (MRG) DE FERNANDÓPOLIS E A PNATER

Inicialmente serão apresentados dados do perfil pessoal e profissional dos extensionistas entrevistados, envolvidos nos melhores trabalhos de extensão rural da RGI de Fernandópolis.

Quase todos os extensionistas pesquisados são experientes, apresentam idade entre 42 e 61 anos, sendo que o tempo de trabalho em extensão rural variou de um ano e meio a 38 anos. Seis são homens e somente uma mulher. Em termos de formação, seis são graduados em engenharia agrônômica ou medicina veterinária e um graduado em administração (também possui curso técnico em agropecuária); sendo que seis realizaram curso de pós-graduação (*lato sensu*) em sua área de atuação. Possuem vínculo de trabalho com o setor público, trabalham na CATI, no ITESP Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva ou na prefeitura do município em que atuam.

Nesta fase da pesquisa foram analisados os quatro projetos que tiveram maior número de indicações pelos representantes de instituições públicas e organizações de agricultores, conforme descrito na metodologia.

Os entrevistados foram questionados sobre quais os principais objetivos do trabalho/projeto que desenvolveram. Os três Extensionistas da CATI, que explanaram sobre a Associação dos Pequenos Produtores dos Assentados do Santa Rita, destacaram que, inicialmente, o trabalho foi embasado no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas II – Acesso ao Mercado. O Programa antecessor, o Microbacias I, teve como foco a conservação dos recursos naturais (solo e água) e a questão ambiental, o que permitiu, com uma contrapartida do Estado de 70%, a aquisição de cercas para áreas de áreas de proteção permanente (APP), poços artesianos (abastecedouros) comunitários, tanques de leite, implementos como roçadeiras e distribuidores de calcário.

Já o Programa Microbacias II - Acesso ao Mercado objetivou o fortalecimento das organizações rurais e a geração de renda, facilitando e orientando na questão de comercialização dos produtos dos agricultores, produção de leite e produção também de hortaliças e de algumas frutas. No Microbacias II, adquiriram um caminhão isotérmico, uma máquina para processar laranja, (a máquina faz desde a pré-limpeza, lavagem e encerrar), e uma de legumes, a construção de um barracão, e uma ensiladeira.

Embora tenha sido uma iniciativa estadual, os entrevistados destacaram que havia uma demanda dos agricultores em relação a ações que contribuíssem para melhorar as condições de comercialização. Envolveu uma equipe de extensionistas, enquanto os demais projetos/trabalhos, aqui analisados, foram desenvolvidos por um único extensionista.

No município de Estrela do Oeste o intuito do trabalho com a Associação de Mulheres de Estrela do Oeste, segundo a entrevistada, foi reativar as atividades da Associação para que se tornasse efetiva, cumprisse sua função, iniciando com a entrega de produtos como frutas (mamão, banana, goiaba, abacaxi, tangerina, uva e laranja) e hortaliças diversas (em torno de 15 produtos diferentes), fortalecendo a organização das mulheres, pois quando a entrevistada iniciou o trabalho no município, a Associação estava formalizada somente no papel, sem nenhuma atuação.

O extensionista responsável pelo trabalho, em Indiaporã, na Associação dos Produtores Rurais de Indiaporã, mencionou como principal objetivo fortalecer e atender a demanda do pequeno e médio produtor, para a realização de projetos conforme a demanda dos agricultores, integração dos agricultores, treinamentos em comercialização e cursos.

E no município de Pedranópolis, de acordo com o entrevistado, o trabalho envolveu a criação e o fortalecimento da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Os Pioneiros com o objetivo principal de melhorar o preço recebido pelos agricultores na comercialização do leite.

Dentre os principais resultados, que os produtores conseguiram por meio da associação, eles conseguiram agregar valor ao leite, pois entregam em conjunto, conseguem comprar combustível por um preço, abaixo no posto de combustível, aquisição de maquinário, e como consequência dessas vantagens estão conseguindo preços melhores e custos menores.

O extensionista do ITESP, com 29 anos de atuação naquela instituição, é responsável pela ATER no Assentamento Santa Rita, juntamente com uma equipe de um veterinário e duas assistentes sociais. Mencionou que o principal objetivo do trabalho realizado era melhorar a qualidade de renda e o dia a dia tanto dos agricultores como de suas famílias. Na entrevista irá tratar com maior foco do Programa Microbacias II em que atuou junto com os extensionistas da CATI.

Um dos aspectos avaliados na pesquisa foi a aderência do trabalho extensionista desenvolvido nesses projetos e o princípio III da PNATER que se refere “à adoção de

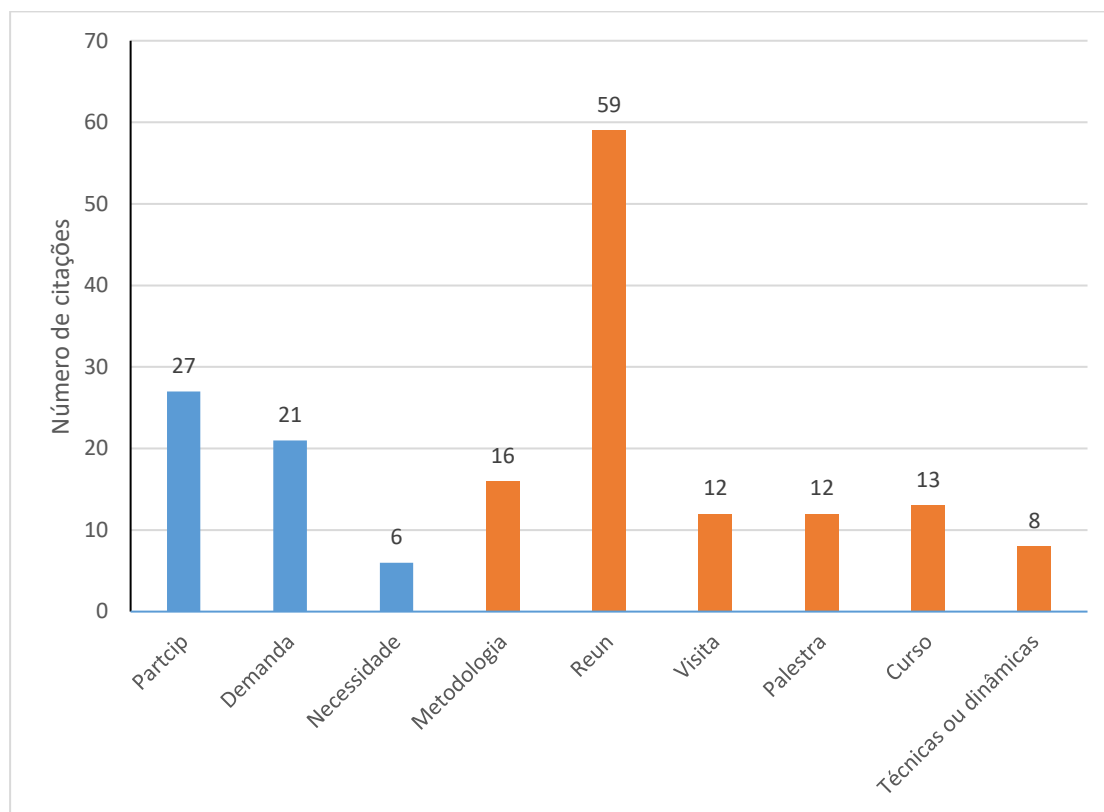
metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” (BRASIL, 2010).

Milagres e Souza (2016) afirmam que a utilização de ferramentas participativas permite maior compartilhamento e controle das informações que estão sendo geradas, proporcionando a base para a participação e o empoderamento das comunidades, e consequentemente dos extensionistas para vislumbrarem a importância da sua atuação no trabalho.

Em uma análise de conteúdo exploratória inicial, a partir de algumas palavras chave, constatou-se, nas questões que tinham ligação com temática da participação e das metodologias de extensão rural, que a palavra “participar” e seus derivados aparecem 27 vezes, mencionada por seis dos sete entrevistados; enquanto outras palavras que denotam também que o projeto/trabalho seguiu as reivindicações dos agricultores foi “demanda” (21 citações) e “necessidade” (6 citações), em contextos que indicavam o atendimento destas pelo trabalho desenvolvido. Quanto aos termos relacionados às metodologias utilizadas, que também permitem obter evidências do tipo de participação do público (mais ou menos ativa), destacou-se a palavra “reunião” e derivados com 59 citações, abrangendo todos os entrevistados.

O termo geral “metodologia” apareceu 16 vezes e outros métodos de extensão rural citados com alguma frequência foram visita (12 vezes), palestra (12 vezes) e cursos (13 vezes). Técnicas ou dinâmicas de diagnóstico, no total, foram citadas 8 vezes, sendo mencionadas algumas dinâmicas específicas, como FOFA (três vezes) e a árvore de problema/soluções e tempestade de ideias que foram citadas apenas uma vez (Figura 1).

Figura 1 - Frequência dos termos de busca, nas entrevistas realizadas com os Extensionistas pesquisados referentes às questões que envolviam a participação do público no projeto/trabalho e em relação às metodologias utilizadas.



Fonte: Própria autora, 2022.

Com o objetivo de qualificar sobre qual tipo de participação os Extensionistas estão se referindo, alguns trechos de suas respostas foram selecionados, buscando abranger a diversidade de abordagens encontradas no universo pesquisado.

Em relação à forma como surgiu a ideia do projeto ou trabalho desenvolvido constatou-se algumas diferenças. No caso das atividades desenvolvidas junto à Associação de Agricultores do Assentamento Santa Rita, o fato do trabalho estar vinculado ao Projeto de Microbacias II, de âmbito estadual, a formatação geral não coube aos agricultores e nem aos extensionistas envolvidos, mas segundo os entrevistados havia uma demanda dos agricultores: “() a ideia surgiu a nível de estado, vamos falar assim, mas ela parte de uma demanda que esses grupos tem, justamente esse fortalecimento econômico, vamos falar assim, como o grupo né” (EXTENSIONISTA 4). Outro Extensionista acrescenta que ocorreu um processo longo de discussão com agricultores:

Não foi nada empurrado goela abaixo. Foi mais de anos. Esse em Populina foi interessante, porque foi mais de anos trabalhando em cima. Eu já tinha aberto mão, largado, aí os caras “não, nós vamos fazer”. Aí fizeram e tão lá com o caminhão andando, tem os próprios produtores que dirige o caminhão. E compraram, no final, ainda houve uma sobra de dinheiro. Eu achei interessante aquilo, porque eu pensei que ia ficar só no caminhão. Houve uma sobra de dinheiro, fez-se uma reunião e eles falaram “não, vamos comprar um tratorito” e aí compraram um tratorito e uma ensiladeira. Novos, equipamento novo. Paga 70% o Estado e eles pagam 30%. Então, compraram um tratorito e uma ensiladeira e foi em reunião mesmo (EXTENSIONISTA 1).

Embora a concepção geral do projeto já tivesse estabelecida, os extensionistas interpretam que houve participação ativa dos agricultores, pois a opção de participar (ou não) e a definição de quais equipamentos comprar coube aos associados, o que atenderia, ao menos parcialmente ao princípio III da PNATER, que indica a adoção de metodologia participativa e a democratização da gestão da política pública.

A partir do momento em que conseguem se organizar para adquirir novos equipamentos (inovações tecnológicas para associados), no caso o caminhão refrigerado e demais itens, espera-se que possam incrementar e agregar valor à produção e à comercialização, com consequente aumento da renda. Este aspecto está em consonância com os objetivos VIII (aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor à sua produção) e X (promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas, adequadas ao público beneficiário).

Nos três projetos/trabalhos específicos dos demais municípios, todos os extensionistas mencionaram que atenderam demandas dos agricultores, o que estaria de acordo com Princípio III da PNATER. Um dos Extensionistas ao comentar como foi formada a Associação de produtores no município afirma:

A princípio surgiu da demanda do público, né, uma quantidade grande de produtores de leite no município de Pedranópolis e a gente sempre fazia cursos de produção de leite e eles tinham a necessidade de vender esse leite por um preço melhor, de ter uma associação, então surgiu dessa necessidade deles mesmo, né, de ter essa equipe, esse grupo para ter um preço melhor no leite, para ter custos menores, então surgiu da demanda deles, né (EXTENSIONISTA 3).

No entanto, no próprio depoimento de um outro entrevistado, há um momento em que ele relata que a mobilização e a definição das atividades tiveram como protagonista o próprio extensionista:

O projeto da associação de mulheres, ele começou há cerca de sete anos, quando a gente ainda tinha um outro extensionista, então a associação foi criada, essas mulheres foram reunidas para criar a associação (...) então a gente fez algumas sugestões para poder começar a organização, mesmo de produção, para eles

poderem desenvolver no sentido de abrir as possibilidades da Associação (EXTENSIONISTA 1).

Ainda em relação ao Princípio III da PNATER, especificamente quanto às metodologias utilizadas, as respostas indicam que todos os projetos e extensionistas se basearam, majoritariamente, em reuniões com organizações dos agricultores, em alguns casos combinadas com visitas aos estabelecimentos rurais (no Projeto Microbacias II era obrigatória a realização do Plano Individual da Propriedade – PIP), palestras e cursos. No caso destes últimos geralmente envolviam técnicos externos à equipe ou de outra instituição ou de outro local, especializados em determinados temas técnicos de interesse ou para relatar casos de sucesso referente ao mesmo assunto que estava em discussão.

Não era uma palestra, eram reuniões porque a gente juntava as cadeiras em volta assim, explicava como é que era o Programa, dava exemplos. Eu não considero aquilo uma palestra, considero mais uma reunião. Essa era a principal ferramenta (...) (EXTENSIONISTA 1).

Um outro entrevistado declarou: “É praticamente, seria a parte de reuniões, mas assim, em função da necessidade (...) a gente fez reunião, a gente fez curso, inclusive esses cursos, é a maior parte seria pelo Senar e as visitas técnicas (...)” (EXTENSIONISTA 2).

No caso da Extensionista 2, no início do trabalho com as mulheres, buscou conhecer a realidade das agricultoras por meio de visitas: “Então, inicialmente, a gente fez um trabalho de visita das propriedades, para identificar o potencial de cada propriedade, o potencial dessas produtoras, é porque para região, é uma novidade uma associação de mulheres (...)”.

Este aspecto de conhecer a realidade também é mencionado por outros entrevistados, como ponto de partida que geralmente era seguido de metodologias que buscavam mostrar ou trazer novas experiências aos agricultores:

Metodologias principais no primeiro momento era visitas nas propriedades, visitas até para que nós técnicos conhecesse mais profundamente a realidade de cada propriedade e reuniões em conjunto com eles no centro da sua organização, né, reunião *in loco* lá na área da associação. Apresentação de cursos palestras com outros técnicos também para apresentar justamente até as situações de sucesso de outras organizações que já estavam mais desenvolvidas e fazendo um trabalho de venda mais bem realizado e que estão tendo sucesso, né. Então assim basicamente as metodologias de extensão utilizadas foram muito em cima de reuniões e apresentações assim de palestras e cursos, né. (EXTENSIONISTA 4). (...) tem cursos voltados a área de leite que nós fizemos, né, com toda parte de inseminação, de produção, de manejo de pastagens né, foram feitas algumas visitas em algumas propriedades que tinham passagem piqueteadas, com leite para eles verem na prática né, o que que estava acontecendo. São feitas visitas

né de orientação visitas técnicas nessas propriedades e tem várias reuniões né Associação, ela tem uma característica interessante é que ela faz reunião todo mês para tudo que é decidido pela associação é decidido em reunião, não é pelo presidente nem pela diretoria, eles são bem democráticos, tudo tem a reunião para decidir os rumos da associação né. (EXTENSIONISTA 3).

Neste último depoimento, do Extensionista 3, cabe mencionar também o uso da excursão a propriedades que já adotaram determinadas técnicas para efeito demonstrativo e o fato do entrevistado destacar o caráter democrático da associação.

As técnicas didáticas e dinâmicas foram pouco utilizadas e, em alguns casos, eram conduzidas por extensionistas que não faziam parte da equipe ou que haviam recebido um treinamento específico para este fim, como se tratasse de uma técnica especial e não para ser utilizada no cotidiano do trabalho extensionista. Alguns dos entrevistados, ao serem questionados se foram utilizados esses recursos responderam:

Sim, o que aconteceu durante um período no início, do ano passado, essa associação teve assistência do IBS [Instituto Biossistêmico], que é um projeto da ATER [Organização prestadora de serviço de ATER, em um projeto do governo federal que tinha como tema central a produção sustentável], né. Eles tiveram a licitação e prestava assistência, então eles utilizaram sim, eles utilizaram a tempestade de ideias, usaram o FOFA, isso foi feito sim, com as gerentes, digamos assim da associação, presidente, tesoureiras, e todas as outras meninas que quiseram participar, tiveram três reuniões, que foram para esse desenvolvimento dos objetivos da associação, essa abertura de ideias (EXTENSIONISTA 2).

No caso do Projeto Microbacias II, geralmente os técnicos do Escritório de Desenvolvimento Rural da CATI conduziam a reunião e a aplicação das técnicas:

Sim, muito das técnicas que a gente utiliza é sempre visando uma participação do público né, no momento de uma participação do público, no momento da gente tirar até as nossas conclusões, uma técnica muito utilizada é o sistema FOFA, né, onde a gente observa quais são as áreas que eles são fortes, quais as áreas que eles têm mais dificuldade, que tem fraquezas, as oportunidades e ameaças e daí, a partir daí, a gente tirava um diagnóstico, juntamente com eles, do que que eles estão precisando, né, que seria mais urgente, mais necessário para eles ali, então assim é sempre buscando um trabalho participativo. (EXTENSIONISTA 4).

Quanto à avaliação de quais metodologias de extensão tiveram melhores resultados para a realização do trabalho, não houve convergência de opiniões entre os extensionistas que responderam diretamente essa questão, sendo que um enfatizou as demonstrações de resultados práticos com a participação direta dos agricultores; outro destacou as reuniões que proporcionavam a conscientização dos agricultores; e um terceiro citou as visitas individuais, especialmente realizadas antecedendo aos métodos grupais, pois muitos participantes tem vergonha de expor suas ideias ou de fazer

perguntas em reuniões, então este contato mais próximo permite ter uma visão mais ampla do pensamento dos agricultores(as).

Olha, pela nossa experiência de campo, a gente vê que as metodologias que dão maior resultados são as metodologias onde se emprega as técnicas também de apresentação de práticas daquilo que eles podem estar realizando. Então a questão de cursos e palestras quando ele é realizado na área rural e até o desenvolvimento de dias de campo São as metodologias que a gente considera que tem maiores resultados sempre pensando em trabalhos de metodologia que busquem a participação dos produtores, para que eles não sejam somente ouvintes, mas eles também sejam parte do processo ali, né, então a gente vê que isso trás de um ganho muito grande para o desenvolvimento dos trabalhos. (EXTENSIONISTA 4).

A melhor foi a parte das reuniões que tem né, conscientização para mobilização, porque aquilo que eu falei para ele uma resistência muito grande dos produtores com essa parte de associativismo, né, então no município tem muitos produtores que são mais assim de idade, o que são acostumados sempre daquele jeito, então as reuniões. Acho que são muito importantes, para eles trocarem experiências entre eles, para eles discutirem o que tá dando certo, o que não tá dando certo, eu acho que a principal metodologia é, seria essa parte das reuniões, né, que é importante para eles. (EXTENSIONISTA 3).

Eu acho que foram as visitas individuais, pois o que acontece, quando a gente faz a reunião, a reunião é legal, mas só que a gente vê que as pessoas tem um pouco de vergonha, de expor ideias opostas, então quando você faz a visita individual, você conhece o produtor um a um, você consegue tirar dali as melhores ideias, você consegue tentar homogeneizar o grupo e trabalhar dentro o que pode ser um objetivo comum e quando você, faz essas visitas individuais e depois você vai para reunião, você já consegue levar o melhor e que evite uma divergência muito grande e moldando esse grupo, algo que todo mundo pode atender, então eu acho que a visita individual, a conversa na propriedade, conhecer a propriedade, ver a produção da pessoa, conviver com a família é a principal metodologia. (EXTENSIONISTA 2).

Por meio de todos esses relatos, fica bastante claro que houve um esforço, por parte dos técnicos, em adotar algumas metodologias que envolviam a participação do público (como reuniões), embora haja indicações de que a maioria não possuía formação para trabalhar com dinâmicas que apresentam o potencial de ampliar essa participação (para saber a opinião de todos os agricultores recorriam a visitas individuais), sendo necessária a intervenção de extensionista especialmente preparado para a condução das atividades, quando determinadas dinâmicas de grupo eram utilizadas.

Embora todos os entrevistados tenham apoiado à formação e/ou fortalecimento de organizações coletivas dos agricultores (que faz parte do Objetivo IX da PNATER), os resultados desse apoio aparecem com destaque somente em alguns relatos, nos quais são citados os avanços organizativos dos agricultores em termos de comercialização:

Hoje, eles participam dessas licitações de prefeitura. Não só em São Paulo, aqui em Minas e no Mato Grosso eles participam também. (...) Hoje, o cunho principal deles hoje é a merenda escolar de Fernandópolis. Eles que fornecem. Isso criou pra eles, essa participação na grande escola de Fernandópolis deu para eles, vamos dizer assim, um conhecimento muito grande (EXTENSIONISTA 1).

Então eu vejo hoje, eles com um olhar mais técnico, mais comercial, eu diria, eu acho que é o principal, hoje mesmo a gente tá fazendo entrevista aqui de tarde de manhã, a presidente da associação teve aqui porque elas foram para numa chamada pública, elas estão se apropriando disso, dessas possibilidades, vendo que o município ele é pequeno para associação, associação pode muito mais, e assim que eu conheci, eu via que associação, ela só pensava nesse município que a gente tá, então hoje eu vejo, que elas estão ampliando, querendo ampliar esse raio de atuação, e esse no início era o principal objetivo, porque eu acho que a associação tem um potencial muito grande para se resumir ao nosso município que o nosso município ele é pequeno, ele tem oito mil habitantes, a merenda escolar são 1.200 estudantes e elas tem uma produção com potencial muito maior que isso para ficar presa aqui dentro do município (EXTENSIONISTA 2).

Por meio do associativismo, os agricultores tiveram um crescimento e desenvolvimento, ampliando horizontes de um modo que no passado era considerado quase impossível.

Como resultado da maior organização dos agricultores foi possível, além do incremento e melhoria da qualidade da produção dos agricultores, também o investimento na própria associação, o que está alinhado com o objetivo II da PNATER de que o trabalho de extensão deve “apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais”, como demonstra a seguinte explanação:

O principal resultado lá que a gente vê, primeiro é a organização, tá, a associação se você não tiver alguém que chegue e comece olha, é assim que tem que ser assim ou assado, não vai, porque na realidade eles não conseguiam se organizar, não conseguiam destinar metas para cada pessoa, oh, você vai fazer isso e você vi fazer aquilo. Quando a associação começou a se organizar, olha você vai tomar conta dos produtos que chega aqui, você vai ver a qualidade do produto, e se o produto não tiver qualidade volta para o produtor, então, eles não tinham isso aí, a partir do momento que começaram a organizar a associação, a associação começou a ter rendimento destinados a associação, e como a associação não pode ter fins lucrativos, o que eles fazem? Eles investem na própria associação. Foi o que começou a acontecer (EXTENSIONISTA 6).

Ainda em relação ao Objetivo II da PNATER outro extensionista comenta algumas de suas ações:

(...) o principal assunto, seria em função também, repetindo em função da necessidade, de ter uma cadeia do leite, dentro da cadeia produtiva do leite, a gente via a necessidade e assim a divulgação de tecnologia, que a gente ia fazendo de acordo com a necessidade dessa, seria cadeia produtiva de leite, cadeia produtiva de grãos, piscicultura, que a gente tá desenvolvendo também na região (EXTENSIONISTA 5).

Em relação ao Princípio V da PNATER, referente à equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia, somente a Extensionista 2 faz referências à dificuldade de realizar o trabalho com as mulheres devido a desigualdades nas relações de gênero:

Então uma associação de mulheres é uma novidade, e a gente não pode deixar de falar do papel da mulher na sociedade, então a gente trabalha com mulheres, que são dona de casa, são produtoras, que são casadas e que estão inseridas numa sociedade machista, então muita das vezes a gente vê uma vontade dessas mulheres desenvolver atividades, mas só que você vai ter um empecilho de todas as questões familiares, religiosas, sociais, que a gente tem que enfrentar (EXTENSIONISTA 2).

Muitas das vezes quando você faz um contato com algumas mulheres, não são todas claro, porque associação, ela tem diversidade nesse sentido algumas são altamente dependentes dos maridos para decisões, quando a gente pergunta qualquer coisa ela fala, olha você tem que ligar para o meu marido, você tem que conversar com meu marido, eu vou ver com meu marido te respondo, isso é muito comum, então a gente observa que decisões tanto de produção, quanto do retorno dessa produção, aí a questão econômica não necessariamente da mulher, apesar de ter a força de trabalho dela, dentro da propriedade, mesmo sendo uma força de trabalho, porque muitas daqui, é comum a gente chegar, elas estão lá de igual para igual, plantando, colhendo irrigando, fazendo tudo, não necessariamente a decisão do dinheiro que entra na casa, vai ser dela, então muita das vezes ela quer investir em algo para inovar, mas o marido não quer, então que vai prevalecer opinião do marido (EXTENSIONISTA 2).

Embora a própria continuidade e a evolução do trabalho com associação composta por mulheres já representem um enfrentamento dessas desigualdades, a Extensionista 2 não menciona se realizou alguma ação para propiciar uma reflexão, junto com as associadas, visando questionar ou superar esse problema da subordinação das mulheres em relação aos maridos, mesmo quando se torna provedora do lar.

O Princípio VI da PNATER que se refere à contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional é um tema mencionado pela mesma extensionista que trabalha com a Associação de Mulheres:

Eu penso que sempre traz benefício, eu acho que no caso da merenda escolar é bom a prefeitura ter conhecimento do produto que ela tá adquirindo, você evita pregão, essas coisas que pode vir alimento de origem desconhecida, então acho que a qualidade do alimento, a proximidade, também, né, é tudo muito fresco, então eu acho que favoreceu merenda escolar, as crianças né, na qualidade do produto servido. (EXTENSIONISTA 2).

Também no caso da Associação dos Pequenos Produtores dos Assentados do Santa Rita o principal destino da comercialização de seus produtos é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como já mencionado pelo Extensionista 4, sendo que

essa inserção foi importante quando outras políticas tiveram redução drástica de orçamento, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Quanto ao Princípio IV da PNATER referente à adoção dos princípios da agricultura de base ecológica, como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, apenas um dos entrevistados mencionou o esforço dos agricultores para produzir de forma orgânica/alternativa, mas o técnico não explicitou quais ações desenvolveu e considerou difícil seguir esse caminho:

Eu acho que seria mais, na agricultura alternativa, agricultura orgânica, que o pessoal tem tentado, assim, melhorar bastante, mas eles não chegou também no ponto, eu acho que é um trabalho um pouco difícil, essa parte de produção orgânica, mas não é impossível, mas o foco, hoje seria isso aí, na produção orgânica, mas assim a parte de diversificação, o pessoal tem evoluído bastante e na parte de comercialização também a gente, tem conseguido algumas melhorias. (EXTENSIONISTA 5).

No que se refere ao Objetivo VII que trata da construção de sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional, observa-se que essa troca de conhecimentos não é mencionada por nenhum dos entrevistados.

Em relação às atividades que dizem respeito aos Objetivos VI da PNATER, de desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e da biodiversidade; o Extensionista 4 explica que trata-se de preocupação encampada em todas ações da instituição em que atua, no caso a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo em que a CATI faz parte:

Sim, embora o Programa de Microbacias 2 não tivesse uma visão puramente ambiental, mas todo os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura. eles têm por base a sustentabilidade, é um dos pilares da sustentabilidade é fazer com que as propriedades tem uma sustentabilidade também ambiental, então antes da gente realizar o projeto em si, era desenvolvido nas propriedades o que a gente chamava de PIP que era o Projeto Individual da Propriedade e lá no PIP, a gente levanta todos informações e nesse momento em que o técnico está realizando o PIP, tem como ele avaliar problemas ambientais, por exemplo, presença de erosões na propriedade, questões com relação à proteção de nascentes, e aí nesse momento o próprio técnico orientava para que o produtor fizesse as adequações que fossem necessárias para a questão ambiental e um outro trabalho que hoje de uns anos para cá ele também tá muito forte dentro da Secretaria da Agricultura é a questão de boas práticas agropecuárias e inclusive a gente tem o desenvolvimento de questionários, né, e esse trabalho de boas práticas ele também tem uma parte forte voltada para parte ambiental, onde a gente também levanta todas as informações da propriedade para saber se o produtor se ele está executando boas práticas também relacionados à questão ambiental (EXTENSIONISTA 4).

O extensionista 7 também menciona as atividades relacionadas ao meio ambiente, mas que foram desenvolvidas ainda no âmbito do Programa Microbacias:

Sim, fizemos na época palestras, alguns profissionais na questão ambiental, orientava reserva legal, madeira, áreas de APP, como patrimônio de sustentabilidade produtores que plantaram arvores por iniciativa própria, outros por ter que plantar judicialmente, outros realizaram a produção de mel em área de preservação, fossas sépticas, estradas com as prefeituras, trouxemos pessoas da CODASP, melhorou a qualidade, questão da água, até a propriedade que foi desapropriada por ser muito úmida (EXTENSIONISTA 7).

Por meio desse depoimento percebe-se que o agricultor tinha acesso a informações boas práticas produtivas e ambientais, na ocasião que era realizado o Projeto Individual da Propriedade (este era obrigatório para todos os agricultores que iriam participar do Programa de Microbacias I e II). No entanto no Microbacias II não havia recursos disponíveis para qualquer subsídio relativos à conservação e adequação das questões ambientais, portanto o agricultor deveria arcar com todas as despesas decorrentes da implantação das recomendações passadas pelo extensionista. Ainda assim, em muitos relatos dos extensionistas e dos associados do Assentamento Santa Rita há a menção de que a maioria dos agricultores implantaram práticas de conservação do solo e proteção das Áreas de Proteção Permanente.

O atendimento aos Objetivos da PNATER IV que visa promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, e o V que trata da assessoria às diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, é descrito como um processo que percorreu décadas, com o trabalho continuo da extensão rural (no caso por meio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo-ITESP:

[...] uma parte que eu gosto de falar, percebe por ser um assentamento pequeno porte, pegar a média deles 12ha, imagine que lá em 1982 a média dos assentamentos já eram de 18 a 20ha, 3 km de Populina e 12 km de Turmalina, sabendo que os produtores tinha que ter produtividade, e tínhamos que aumentar a produção de leite, produção horta, produzir hortaliças essa associação criada em 1989, começaram os programas [de aquisição de alimentos pelo governo federal] fizeram as alterações na associação, a Conab, passa a comprar, transformamos ela e o agricultor passaram a ganhar mais dinheiro, por outro lado são organizados, aprenderam a trabalhar nos programas sociais, são um pessoal que sempre buscaram autonomia, eles aprenderam trabalhar com a gente lá ou não, a capacidade de empreender, público 80l de leite passa a 300l de leite, pessoa com 1 caixa hoje produz 6 a 7 caixas, banana, a horta, tecnificar a pastagem, um grupo que busca coesão cada vez mais, é um pessoal que conseguiu autonomia, os vizinhos não assentados que tinham mais terra, se juntaram à Associação, passa a crescer, em 2014 tinha 15 sócios passa a 53, gente de fora [do Assentamento Santa Rita], sentiram que a presença do Itesp um órgão público, e o pessoal de fora passa a querer participar, e buscaram

autonomia, possuem equipamentos do Microbacias II que rara outras não tem, pegaram R\$800.000,00 do Microbacias II e recursos, barracão, máquinas de ponta para [processamento mínimo] de laranja, caminhão, e continuam entregando para o PNAE E PAA (EXTENSIONISTA 7).

Fica bastante evidente as mudanças ocorridas, com a melhoria da renda e da qualidade de vida desses agricultores, como consequência do aumento de produção de forma diversificada e da organização da comercialização. A credibilidade das atividades da Associação e do serviço de extensão rural prestado atraíram associados de fora do Assentamento (agricultores familiares dos municípios de Populina e Turmalina), o que permitiu também que participassem do programa Microbacias II (cuja contrapartida da Associação foi de 30%, um valor relativamente alto) com a aquisição novos equipamentos.

O Extensionista 7 também destaca a importância da organização para a comercialização para o aumento da renda do público beneficiário e para a agregação de valor à produção (Objetivo VIII da PNATER):

Por eu ter uma formação em Administração, uma dificuldade desses agricultores, é que percebi, é que o problema estava da porteira para fora e não da porteira para dentro, seria a comercialização quando destacou PAA, PPAIS, PNAE não tivemos dúvida em juntar esses grupos e ajudar, o que surpreendeu, até nos mesmos foi que tinha 30% da participação de produtos de Projeto, já pulou para 70% no outro ano 100%. Fizemos um planejamento e eles acreditaram, vendiam em Penápolis, Birigui (EXTENSIONISTA 7).

Um problema que foi solucionado, foi a questão da comercialização, muitos produziam, mas não tinham como e para quem vender, as políticas públicas contribuíram para nesse sentido e embora parte delas tenham se desarticulado, a organização dos agricultores permitiu que se mantivessem fornecendo seus produtos para programas que tiveram continuidade, como o PNAE.

Em certo momento da entrevista o Extensionista 7 explicita o tipo de melhorias que ocorreu com o público trabalhado:

[...] sem dúvida o pessoal passou por mudanças cotidianas, troca de carro, uma geladeira, uma televisão, tinha algo diferente, e na renda de acordo com a caderneta da Instituição ITESP, Sim, tinha pessoas com 30%, 40% e 80% [de aumento da renda], melhoraram muito a renda, muitos não percebia, mas a renda melhorou, um curso que pagou para um filho, foi para a faculdade por exemplo (EXTENSIONISTA 7).

De acordo com relatos de diversos extensionistas era claro e nítido a transformação na melhoria da qualidade de vida de seus associados, seja por aquisição de um automóvel, melhorias na casa, um filho estudando etc.

Embora o Princípio II da PNATER explicite a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural pública, em vários relatos, os agricultores disseram que alguns extensionistas municipais (vinculados à prefeituras) cobram seus serviços como particulares, enquanto um outro extensionista trazia equipamentos particulares (pois sua instituição não os disponibilizava para seu trabalho), como ultrassom, para atender de graça os associados, e inclusive durante a pandemia, sendo o único que atendia nessa época.

Apenas três extensionistas disseram ter ciência da Lei que rege as ações de extensão rural no Brasil, a PNATER, mas somente um afirmou conhecê-la de modo mais abrangente e detalhado, inclusive considerou que antes já vinha atuando em consonância com seus princípios e objetivos:

Eu já fazia algumas atividades que incluía os princípios da PNATER, independente da discussão, nós realizávamos diariamente, muitas vezes não entendia se era do programa do ITESP, a gente fazia, para nós como técnico foi muito bom alguns princípios, esclareceu enquanto técnico, como pessoa e não tínhamos dificuldades (EXTENSIONISTA 7).

Os resultados obtidos quando comparados ao Princípio III, expresso na PNATER, indicam que houve, em todos os trabalhos/projetos iniciativas importantes para ampliar a participação do público, seja por meio de visitas individuais aos estabelecimentos rurais, reuniões para realizar diagnósticos ou para a discussão de ações e/ou investimentos a serem realizados, além de cursos e palestras com temáticas técnicas que buscavam ampliar a formação dos agricultores para desenvolverem as principais atividades do trabalho/projeto. Um aspecto que cabe destacar é que todas as experiências de extensão rural indicadas envolveram organizações coletivas dos agricultores (associações), embora no Programa Microbacias II essa era uma condição para adesão ao projeto.

No entanto, observou-se certa insegurança dos extensionistas para atuar com metodologias em que há uma participação ativa e ampla do público e que permitem uma inserção mais profunda nas dimensões não exclusivamente técnico-econômicas, como as técnicas e dinâmicas utilizadas para diagnóstico e priorização de objetivos e ações (FOFA, Diagrama de Venn, Árvore de Problemas e Objetivos, Tempestade de Ideias, entre outras). Também o caráter multi/interdisciplinar e intercultural ficou prejudicado, entre

outros fatores, pela formação quase exclusiva na área de ciências agrárias dos profissionais envolvidos, cuja formação profissional inicial e nas empresas em que atuam, apresenta um forte viés técnico produtivo. Constatou-se ainda dificuldade dos extensionistas em visualizar os benefícios mais amplos de seu trabalho, como a possível contribuição na construção da cidadania e na democratização da gestão da política pública.

Apesar de experientes no trabalho de extensão rural, provavelmente isso tem ocorrido por falta de um conhecimento e formação na perspectiva do humanismo crítico (RODRIGUES, 1997), assim como pela pouca divulgação da PNATER nas instituições em que atuam, pois todos os entrevistados afirmaram ter pouco ou nenhum conhecimento da referida Política.

Documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de 2008, já enfatizava que as orientações metodológicas para as ações de ATER devem ter, dentre outras referências, um caráter educativo, demonstrando a importância da atuação do extensionista ocorrer de forma democrática, por meio de metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo como ponto de partida a realidade e o conhecimento local (BRASIL, 2008).

Landini e Bianqui (2014) consideram fundamental a geração de espaços para discussão e análise das práticas, em que os extensionistas possam tomar consciência de determinadas contradições de seu trabalho e repensar criticamente seu fazer no dia a dia. Estes espaços devem ser criados pelas instituições em que atuam, mas os resultados evidenciam que esse processo não tem ocorrido.

Rambo e outros (2015) avaliaram os avanços e os desafios enfrentados pelas agências de extensão rural dos estados de Minas Gerais e Mato Grosso para a construção do desenvolvimento rural sustentável após a instituição da PNATER, concluindo que, apesar dessa Lei propor relevantes mudanças na extensão rural, tem encontrado fortes barreiras, impostas por diferentes agentes sociais, sobretudo nos programas que supostamente visam ao desenvolvimento rural, mas que são implementados sob um viés essencialmente produtivista e setorial.

Esses problemas são relatados em várias outras pesquisas, como de Brosler *et al.* (2010), na qual os autores comentam que a situação é agravada pela formação do extensionista, que traz consigo a noção de ação compartimentada, adquirida nos cursos das ciências agrárias, com métodos de extensão rural próprios do modelo tradicional (difusionista).

Froehlich (2010) salienta que o paradigma de desenvolvimento sustentável sugere um redirecionamento da formação profissional, que não pode ser o mesmo daquele conformado pela agricultura dita “moderna” e que as políticas públicas institucionais, requerem uma ação de extensão rural capaz de ser construída junto com os agricultores.

No entanto, a extensão rural, como política pública e como contribuição do Estado no processo para o desenvolvimento rural sustentável, é parte de um contexto que requer transformações políticas, sociais e culturais da sociedade e estas somente serão possíveis se houver mudanças nas relações hierárquicas e opressoras da esfera pública (MORAES *et al.*, 2018).

Faleiro Barros (2016) considera que a PNATER, por ser baseada em princípios que se opõem aos da extensão convencional tão enraizada nas organizações estatais, ainda enfrenta vários desafios em sua implementação, como a formação acadêmica e continuada dos extensionistas, a dificuldade da gestão organizacional condizente com a política, dificuldades institucionais, entre outros.

Dessa forma, a mudança nas estratégias de atuação Extensionista nos moldes da PNATER deve partir desde a academia, que formarão os futuros profissionais extensionistas, até as instituições de ATER, onde receberão a formação continuada (CAPORAL; RAMOS, 2008).

5 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS E DOS AGRICULTORES DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS ASSENTAMENTO SANTA RITA

Após a realização da pesquisa com os extensionistas rurais, a partir de indicações das instituições de extensão rural, representantes dos agricultores familiares e de outras entidades na primeira fase deste trabalho, na segunda fase foi selecionado o trabalho mais indicado e com participação de maior número de extensionistas, que foi desenvolvido pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita. Como descrito na metodologia foi aplicado um questionário, na forma de entrevista, com os membros da referida Associação.

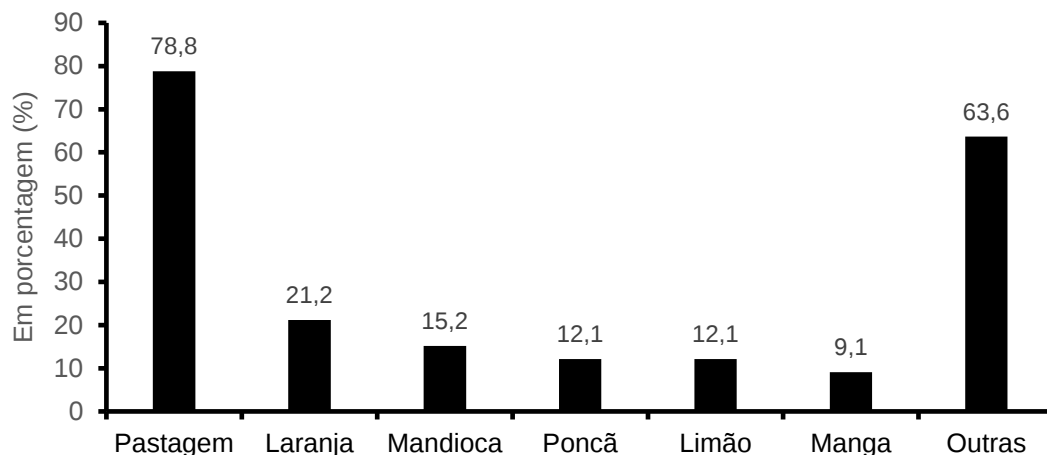
A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita, situada no bairro Córrego do Gregório, sendo composta por 39 associados, dos quais 33 foram pesquisados, sendo que todos os dados que serão apresentados e discutidos a seguir referem-se a este universo.

5.1 Características dos Estabelecimentos e dos Agricultores Associados

A média da área dos 33 estabelecimentos pesquisados é de 14ha, sendo que 13 são lotes do Assentamento Santa Rita e os demais 20 são propriedades situadas fora do referido Assentamento. Em relação à utilização das terras, somente dois agricultores são arrendatários de terceiros (no total de 151ha), enquanto outros dois pesquisados arrendam parte de suas áreas a terceiros (no total 36,3ha).

A maioria (78,8%) dos estabelecimentos dos agricultores pesquisados da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita tem parte de sua área composta de pastagem; 21,4% é cultivada com laranja, seguidos da mandioca presente em 15,2% estabelecimentos; ponkã e limão em 12,1% cada um, a manga em 9,1% do total de estabelecimentos, além de outras culturas menos frequentes, tais como (abóbora, couve, manga, pastagem, eucalipto, jiló, mandioca, seringueira, tomate e uva entre outras), (Figura 2). No total foram citadas 20 diferentes culturas.

Figura 2 - Distribuição percentual, em função da produção das principais culturas, na Associação dos pequenos produtores rurais Assentamento Santa Rita



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à produção animal, 27 pesquisados possuem bovinos, com média de 23 cabeças por agricultor e a produção média anual de leite é 54 l/dia. Em relação à comercialização de bovinos, declararam que vendem, em média, 12 cabeças por ano. Quase todos que possuem bovinos (26) destinam a produção a intermediários, e somente um utiliza para consumo próprio. As demais criações (galinhas, suínos e ovinos) são pouco expressivas dentre os pesquisados, sendo que 27% produzem somente para o autoconsumo e os demais também vendem em circuitos curtos (feiras ou direto aos consumidores).

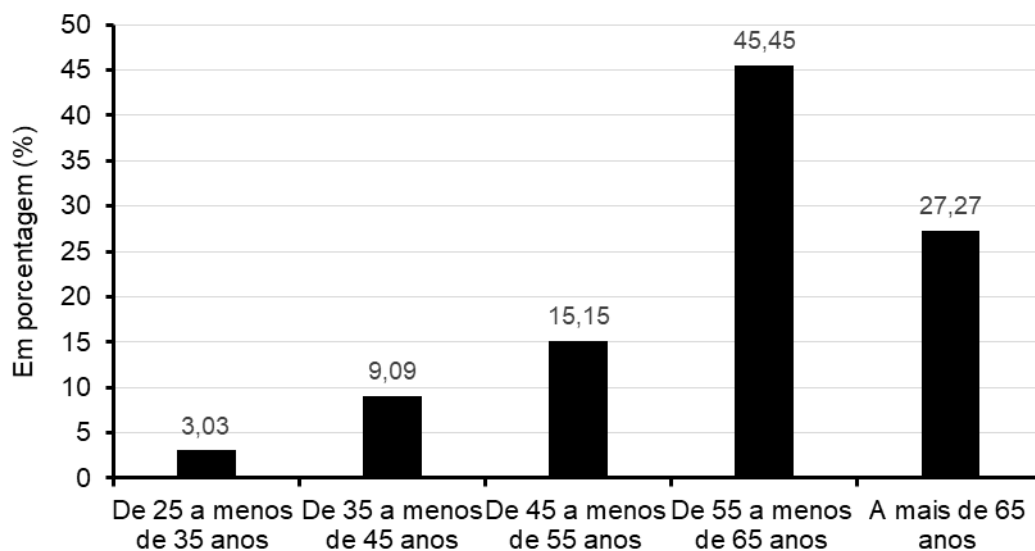
Do total de agricultores pesquisados (33), 51,5% residem em estabelecimentos rurais situados em Turmalina e 48,5% em Populina, onde vive o casal, enquanto a quase totalidade dos filhos reside na cidade. A faixa etária variou entre 25 e 74 anos.

Pode-se observar na Figura 3 o detalhamento da distribuição em termos de faixas etárias dos entrevistados. A maior parte (45,45%) dos agricultores apresentam idade entre 55 a menos de 64 anos e se somados aos que possuem 65 anos ou mais, abrangem 72,72% do total. Situação semelhante encontramos no Censo Agropecuário de 2017, em que a maior concentração dos agricultores familiares responsáveis pelos estabelecimentos está em faixas etárias superiores aos 55 anos, padrão diferente da agricultura não familiar que registrou maior presença de agricultores nas faixas de até 55 anos. A principal característica encontrada, foi geralmente o casal mais velho, se já não aposentado em vias de aposentadoria, com os filhos residindo na cidade.

Uma particularidade notada é que não existe nenhuma criança morando nos lotes pesquisados do Assentamento e imediações, mesmo em propriedades de associados não

assentados, e somente um rapaz de 25 anos faz parte da Associação como titular. Mas há casos também de alguns filhos de agricultores que trabalham no estabelecimento rural, mas moram na cidade e preferem se deslocar diariamente para o estabelecimento rural da família.

Figura 3 - Distribuição percentual, em função da faixa etária, dos agricultores pesquisados, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita

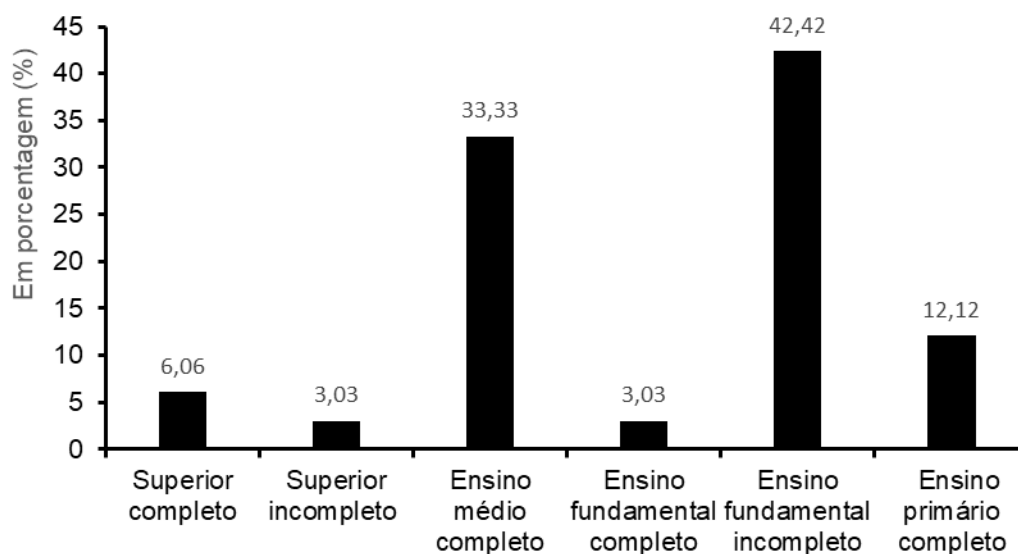


Fonte: Elaborado pela autora.

Para Deggerone, Laroque e Barden (2014), a propriedade familiar necessita de estratégias de diversificação de renda para manter a estabilidade e se tornar atrativa para a permanência dos jovens no meio rural. Um dos aspectos para incentivar a manutenção desses jovens seriam lhe conceder-lhes oportunidades de produzir com autonomia, o que poderia também resultar na maior diversificação das atividades.

Em relação a escolaridade dos integrantes da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita constatou-se que não há titulares sem escolaridade e que os agricultores possuem no mínimo, o ensino primário completo 12,12%, ensino fundamental incompleto (segundo ciclo do 5 ao 9 ano) já abrange a maior parte (42,42%), enquanto um terço possui ensino médio completo (dois agricultores fizeram curso técnico na área agropecuária). Somente três produtores iniciaram o curso superior, um não completou (3,03%) e dois concluíram a graduação (6,06%) (Figura 4).

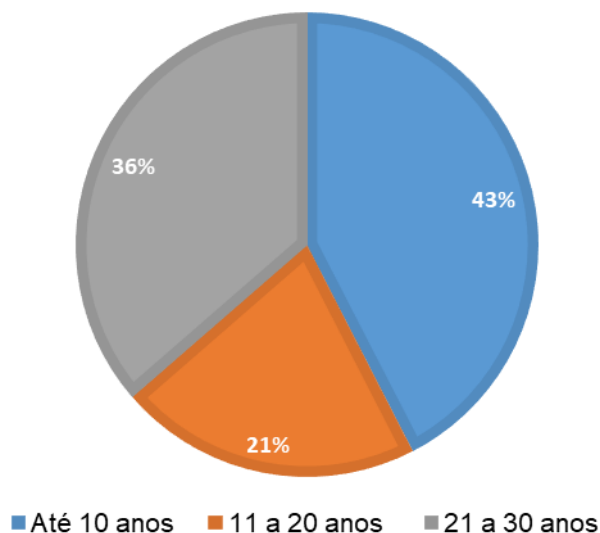
Figura 4 - Distribuição percentual, em função da escolaridade, dos agricultores pesquisados, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita



Fonte: Elaborado pela autora.

Uma característica dos agricultores pesquisados da Associação, similar a outros agricultores brasileiros, é que a maioria dos agricultores iniciaram as atividades na agricultura desde muito cedo, pois muitos trabalham desde criança com os pais. A maioria dos 33 agricultores pesquisados é experiente quanto ao tempo de atuação no campo, 36% tem 21 anos ou mais e 21% tem entre 11 e 20 anos, mas um percentual expressivo de 43% trabalha na agricultura no máximo há 10 anos, como se observa na Figura 5.

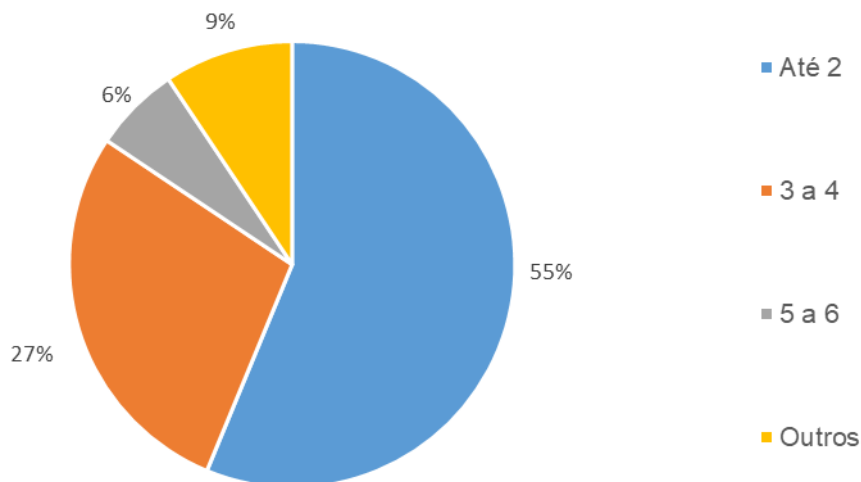
Figura 5 - Distribuição percentual, em função do tempo que trabalha como agricultor pesquisados, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento no Assentamento Santa Rita.



Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (BRASIL, 2017), aumentou muito o número de estabelecimentos em que os agricultores mais jovens estão buscando trabalho fora dos estabelecimentos rurais, diminuiu a mão de obra da família e está diminuindo a média de pessoas ocupadas. Outro fator é o envelhecimento dos chefes das famílias, na Associação pesquisada, uma particularidade é que os pais idosos permanecem no estabelecimento rural, e ao mesmo tempo em que os filhos optam por outras atividades fora do domicílio agrícola. No caso dos entrevistados, em 55% dos estabelecimentos residem no máximo duas pessoas (Figura 6).

Figura 6 - Distribuição percentual, em função do número de pessoas da família que moram nos estabelecimentos rurais pesquisados da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita



Fonte: Elaborado pela autora.

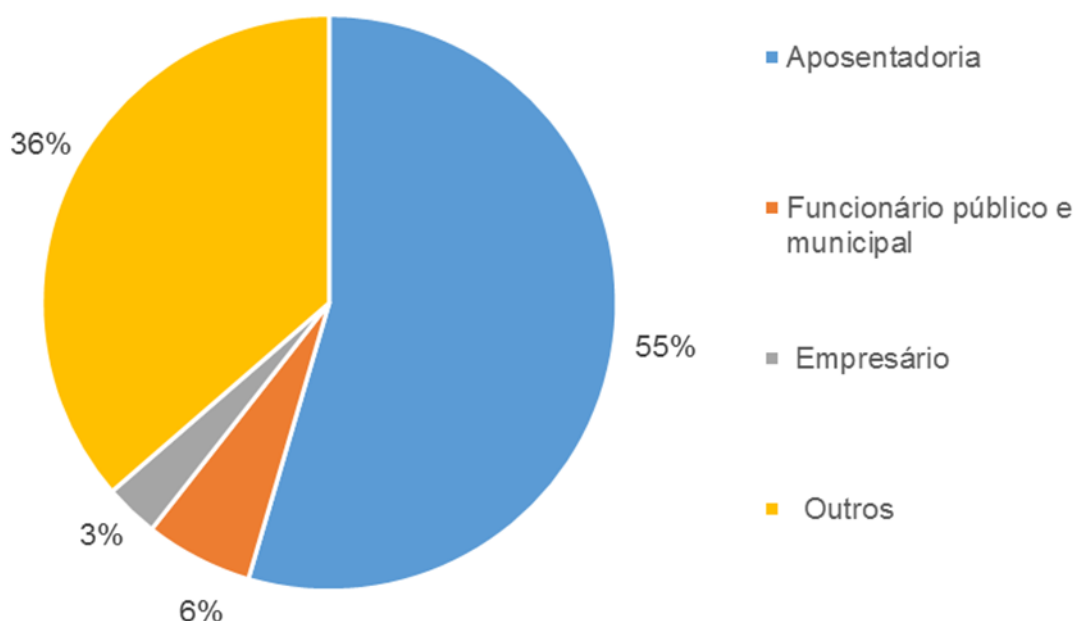
Na grande maioria das famílias (88% do total) trabalham e moram no estabelecimento rural duas pessoas, geralmente o casal, e somente em 12% há 3 a 4 pessoas trabalhando e morando no estabelecimento. Acima de 5 podem até trabalhar, mas moram na cidade deslocando-se diariamente, geralmente o deslocamento é feito de carro ou moto.

Quanto a utilização da mão de obra de terceiros, para ajudar no serviço do estabelecimento, 66,67% dos pesquisados não utiliza mão de obra de terceiros. Somente um terço utiliza esse tipo de mão de obra, sendo que em todos os casos são diaristas esporádicos para o trabalho diário no estabelecimento. O que ficou retratado é que não se tem a presença de empregado permanente, nos estabelecimentos, sendo absorvida a mão de obra familiar para grande maioria dos agricultores, somente contratam essa mão de obra de diarista externos, somente quando realmente se faz necessária, geralmente para não estabelecer vínculos empregatícios, devido ao agricultor ter que arcar com todas as despesas, para que o empregado exerça as suas atividades.

Conforme já salientado, a principal renda dos agricultores na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita é formada pela aposentadoria, 55% conforme demonstra a (Figura 7). Observou-se também a maioria (45%) das pessoas das famílias, possuem algum tipo de renda não-agrícolas.

A qualidade de vida, dos agricultores pode ser considerada boa, pois muitos além da renda da aposentadoria, a complementam com a venda dos produtos agropecuários e como consequência todas as casas são de alvenaria, a maioria com recursos próprios, sendo que a grande maioria apresenta moradia com infraestrutura adequada, com uma média de 3 quartos, 2 banheiros, eletrodomésticos e automóveis. Todas possuem conexão de internet.

Figura 7 - Distribuição percentual, em função do tipo de renda principal que o agricultor possui, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita



Fonte: Elaborado pela autora.

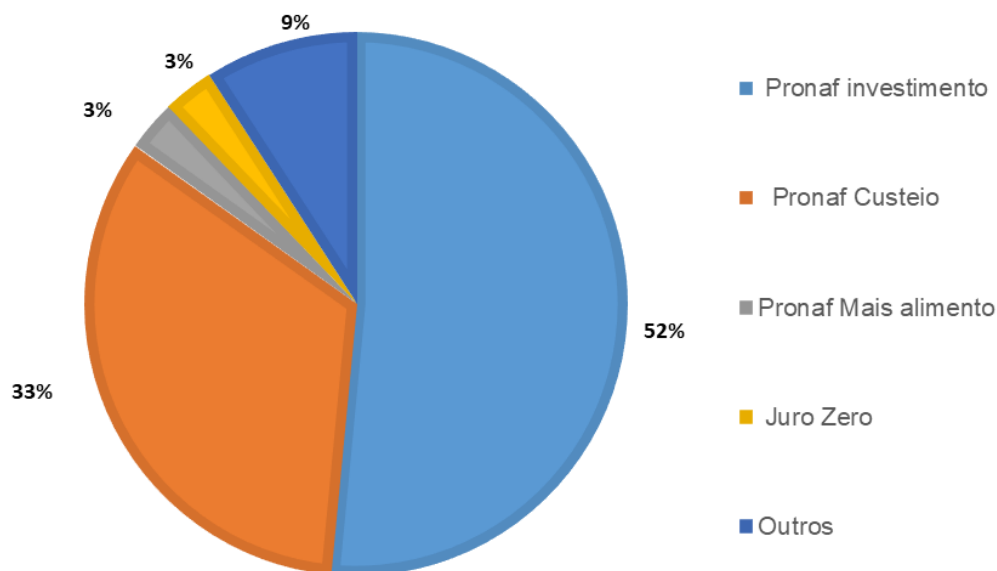
5.2 Políticas Públicas e a Assistência Técnica e Extensão Rural: A Visão dos Agricultores da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita

Por meio da aplicação do questionário junto aos agricultores associados objetivou-se também vislumbrar a visão dos agricultores, em relação ao acesso às políticas públicas e ao trabalho desenvolvido pela equipe de extensionistas que atuou junto à Associação, especialmente no Projeto Microbacias II, buscando-se também verificar, a partir do ponto de vista dos agricultores, se essa experiência de extensão rural se aproximou (ou não)

dos princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), de 2010.

Grisa e Schneider (2015) reafirmam que o Pronaf se constitui na principal política agrícola para agricultura familiar, tanto em número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados. Também no caso dos agricultores entrevistados esta política de crédito é a principal fonte de obtenção de recursos, sendo que o Pronaf investimento foi acessado por 52% e o Pronaf Custeio 33,33%. Outras modalidades foram pouco mencionadas como o Pronaf Mais Alimentos (3,03%) (Figura 8). Todos os agricultores entrevistados disseram utilizar o crédito adquirido para a finalidade prevista.

Figura 8 - Distribuição percentual, em função da linha de crédito, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita

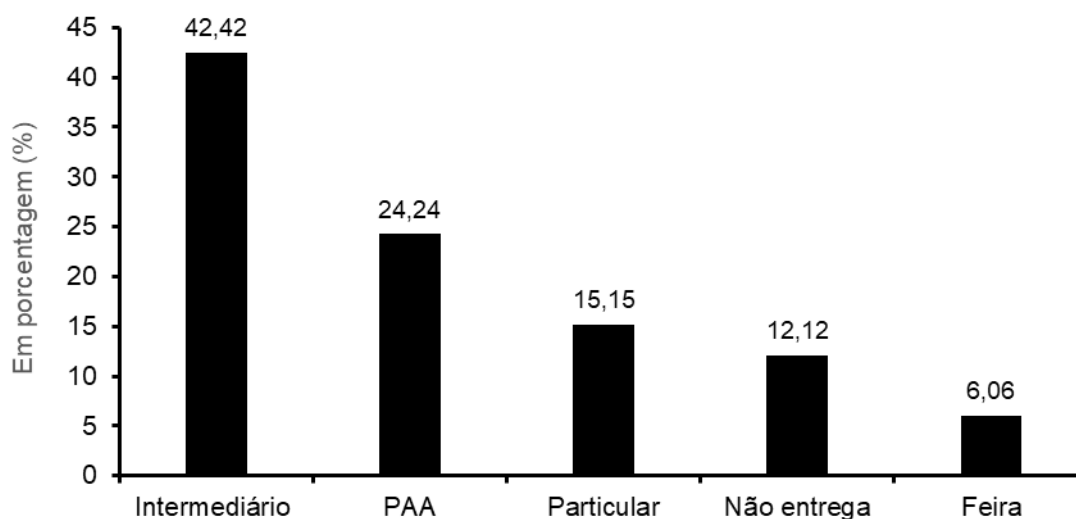


Fonte: Elaborado pela autora.

O Sistema de comercialização agrícola representa um papel fundamental dentro da economia ao proceder a ligação entre o setor produtivo e os consumidores finais, do total de pesquisados 42,42% vende a produção a intermediários (ou atravessadores, como os agricultores denominam esses agentes). É fato que a participação dos intermediários na cadeia produtiva de pequenos produtores provoca uma redução, na receita líquida dos mesmos e, conseqüentemente, o menor desenvolvimento socioeconômico. Ressalta-se, no entanto, que esta redução é mais grave para agricultores familiares que produzem e comercializam individualmente, do que para grupos ou associação, mais uma vez comprova-se a importância da organização coletiva no processo da comercialização. Na sequência 24,24% entregam ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 15,15%

vendem para particulares (geralmente outros agricultores não intermediários) e 6,06% comercializam em feiras-livres 12,12% dos agricultores somente produzem para consumo próprio, conforme ilustra a Figura 9.

Figura 9 - Distribuição percentual, em função do destino da produção, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita

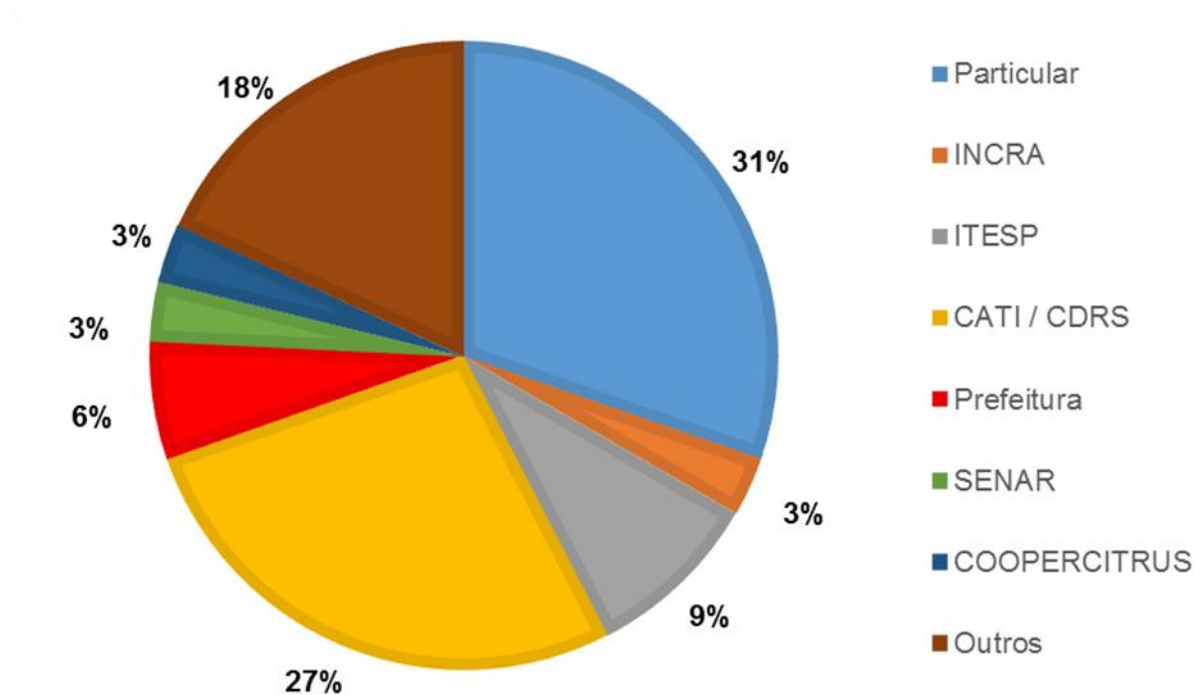


Fonte: Elaborado pela autora.

O PAA, é uma política pública que apresenta como foco central o incentivo à agricultura familiar e o combate à insegurança alimentar e nutricional. Por esse motivo, vai ao encontro das recomendações de organismos internacionais para o enfrentamento aos possíveis danos provocados pela pandemia da COVID-19. Essa porcentagem poderia ser aumentada, se este Programa estivesse melhor estruturado e sem o corte drástico de recursos que sofreu a partir de 2014 (MODENESE; SANT'ANA, 2019; SAMBUICHI *et al.*, 2020; PERIN *et al.*, 2021).

Antes de iniciar a Pandemia várias empresas de assistência técnica atendiam os agricultores vinculados à Associação do Assentamento Santa Rita, tanto representantes do governo como particulares. Dentre elas podemos citar conforme (Figura 10) predominando a particular com 31%, e as públicas como CATI/CDRS, INCRA, ITESP e Prefeitura entre outros.

Figura 10 - Distribuição percentual, das empresas que deram assistência antes do início da Pandemia na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita



Fonte: Elaborado pela autora.

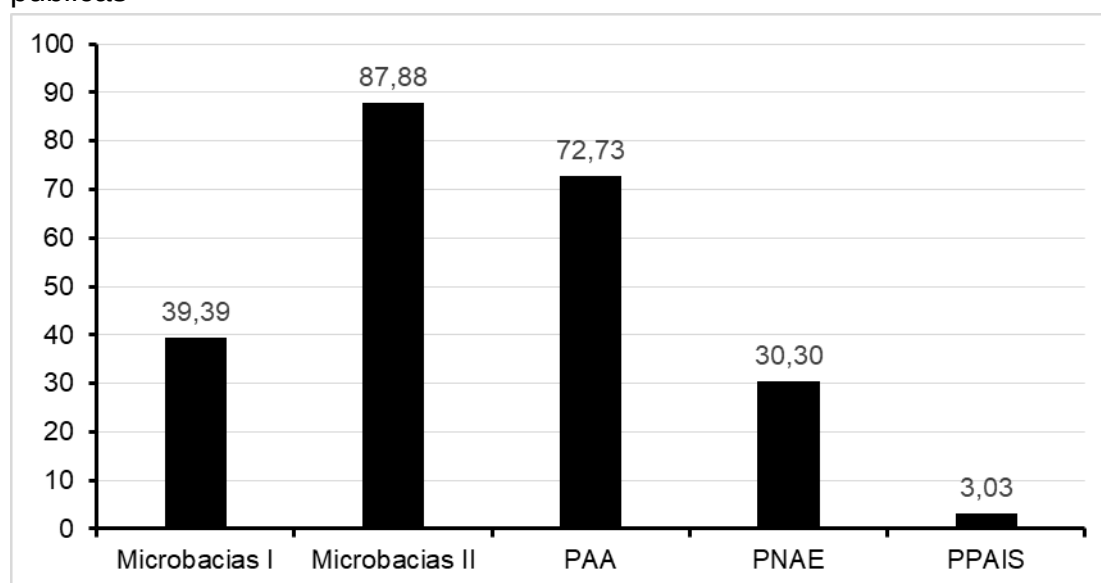
A partir das informações coletadas, na pesquisa de campo, foi possível identificar, que antes de iniciar a pandemia 61% dos agricultores, recebeu assistência técnica e 39% não, segundo relatos em virtude da pandemia os técnicos não estavam autorizados a ir a campo, somente os que estavam vacinados e sob demanda. A preocupação com a questão de normas de como trabalhar no meio dessa pandemia, ter medidas de prevenção tanto para os extensionistas como para os agricultores, os primeiros a serem autorizados a ir a campo foram os veterinários, que eram ligados a saúde, e assim os extensionistas do setor público passaram a atender por telefone, as principais dúvidas solicitadas. Somente um veterinário retomou, após ser vacinado, as visitas presenciais nos estabelecimentos rurais.

A análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017 mostra que apenas uma pequena parte dos agricultores recebem orientação técnica, em torno de 20% do total no Brasil. Portanto os resultados obtidos na pesquisa com os integrantes da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita indicam que seus associados vinham conseguindo um maior acompanhamento da extensão rural, provavelmente em função da organização dos mesmos.

Em relação as políticas públicas, segundo Dahrendorf (1992), as possibilidades de sucesso são diferentes e beneficiam os que detêm poder de decisão sobre as condições necessárias para aproveitar as oportunidades. Sendo assim, políticas públicas com interesse social devem beneficiar de forma diversificada, os que possuem necessidades diferenciadas, no sentido de propiciar as condições para superação das desigualdades.

O Programa Microbacias II foi o que mais contemplou os agricultores pesquisados, abrangendo 87,88% do total. Na sequência, PAA com 72,73%, o Microbacias I que beneficiou 39,39% e o PNAE atingiu 30,30% do total. O PPAIS teve apenas um (3,03%) agricultor com acesso (Figura 11). Todas essas políticas públicas contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita.

Figura 11 - Distribuição percentual dos agricultores pesquisados na Associação dos pequenos produtores rurais Assentamento Santa Rita, em função do acesso de políticas públicas



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação a presença em reunião, os agricultores da Associação dos pequenos produtores rurais Assentamento Santa Rita são relativamente participativos. Dentre os pesquisados, 93,9% declararam que participam da Associação, seja como membro nas reuniões, seja como integrante da diretoria ou conselho fiscal (Figura 12). Os membros da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita têm apresentado um padrão de participação bastante alto. Segundo alguns depoimentos, isso ocorre porque “gostam de reunião”, somente não compareciam às vezes aqueles que moravam muito distante ou que tinham um compromisso importante. A reunião era vista como um

momento de se informar, de troca de informações, de se atualizar, como muitos disseram, e de rever os amigos como complementaram outros.

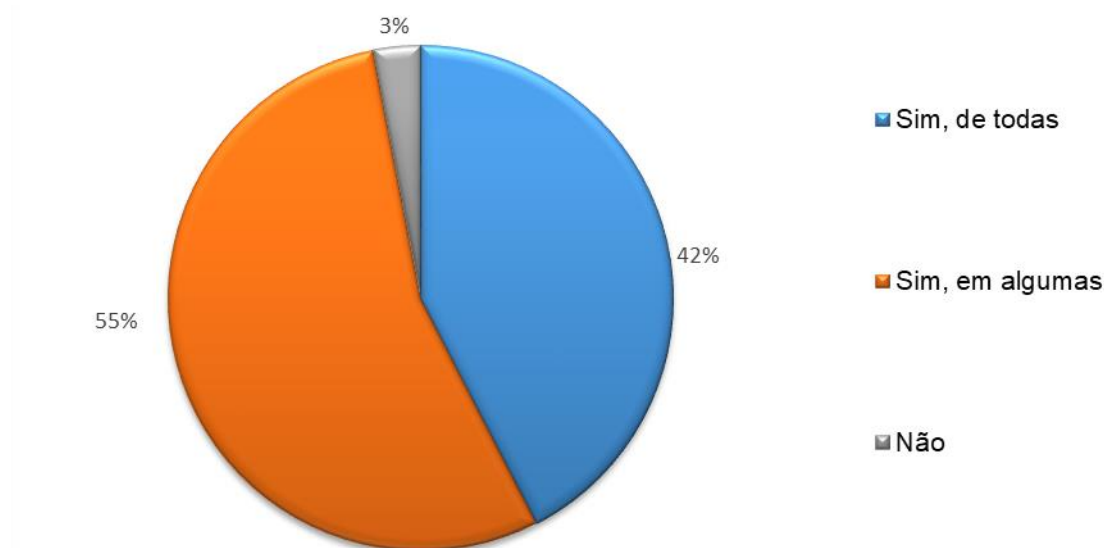
Figura 12 - Distribuição percentual, em função participação dos agricultores pesquisados nas reuniões da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita



Fonte: Elaborado pela autora.

De maneira específica, no processo de discussão do projeto referente ao Programa Microbacias II, 42% esteve presente em todas as reuniões preliminares de implantação do Projeto e outros 55% declararam ter participado de algumas dessas reuniões, enquanto apenas um declarou não ter participado do processo (Figura 13).

Figura 13 - Distribuição percentual, em função da presença em reunião na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita



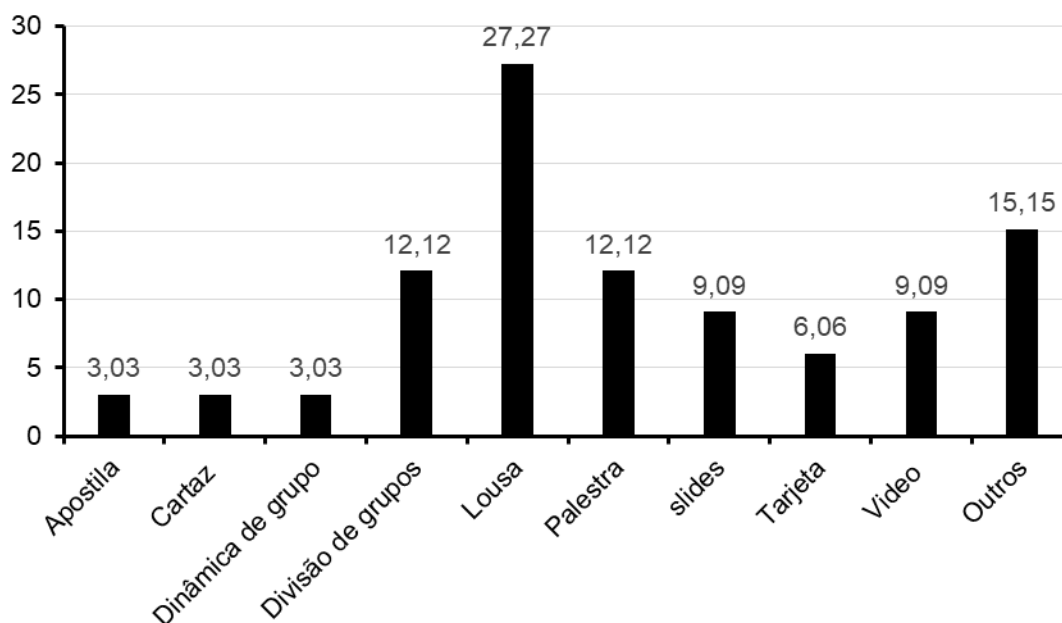
Fonte: Elaborado pela autora.

Para tomada de decisões importantes, como no caso do Projeto em referência, é necessário buscar realizar a troca de ideias e a discussão exaustiva das alternativas a serem implantadas. O esforço para manter certa constância na participação é muito clara na fala dos agricultores, sendo que aqueles que não participaram de parte das reuniões, justificaram que moravam muito distante, ou estavam entrando na Associação naquele momento. Também mencionaram que em função da pandemia, praticamente pararam de se reunir e só na época da pesquisa (primeiro semestre de 2022) estavam retornando de forma gradativa. De qualquer maneira se confirma que houve, por parte dos extensionistas, um esforço para a adoção de metodologia participativa junto ao público trabalhado, que constitui um dos princípios da PNATER, com resposta positiva dos agricultores.

Os extensionistas precisam refletir sobre a sua atuação e se capacitar para a aplicação efetiva dos novos métodos de Extensão Rural. Segundo Freire (1983) é necessário que o extensionista detenha o conhecimento técnico e conhecendo também a realidade, possa transformá-la junto com a comunidade. Dentre as técnicas de extensão rural aplicadas, nas reuniões do Programa Microbacias II (Figura 14), a lousa foi a mais utilizada com 27,27%, seguido de divisão de grupos e palestras com 12,12%. Slides e vídeos foram citados, cada um, por 9,09% do total dos agricultores entrevistados, tarjeta por 6,06%, além de outros instrumentos/técnicas como apostila, cartaz e dinâmicas de grupo (3,03% cada uma). Este resultado indica que empregou-se técnicas diversificadas

que contribuem para ampliar a participação do público, estando, portanto, de acordo com parte do Princípio III da PNATER - adoção de metodologia participativa, visando a democratização da gestão da política pública.

Figura 14 - Distribuição percentual, em função das técnicas de extensão rural, aplicadas em reuniões do Programa Microbacias II, na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita



Fonte: Elaborado pela autora.

Nas respostas dos agricultores entrevistados em relação às técnicas utilizadas, visando a participação mais ativa do público, a grande maioria das respostas avalia positivamente os métodos empregados. A Agricultora 29 considerou as técnicas “bastante diversificadas, com utilização de divisão de grupos, lousa, dinâmicas, palestras”. A Entrevistada 2, disse que “era dinâmica as reuniões, um momento de descontração e encontro da comunidade e discussão”. Portanto na visão dos agricultores entrevistados, nas reuniões foram criados mecanismos de participação, em consonância com o Princípio III da PNATER no que se refere à adoção de metodologia participativa na implantação da política pública, no caso o Programa de Microbacias II. Esta avaliação dos agricultores também está alinhada com a percepção dos extensionistas envolvidos no Programa.

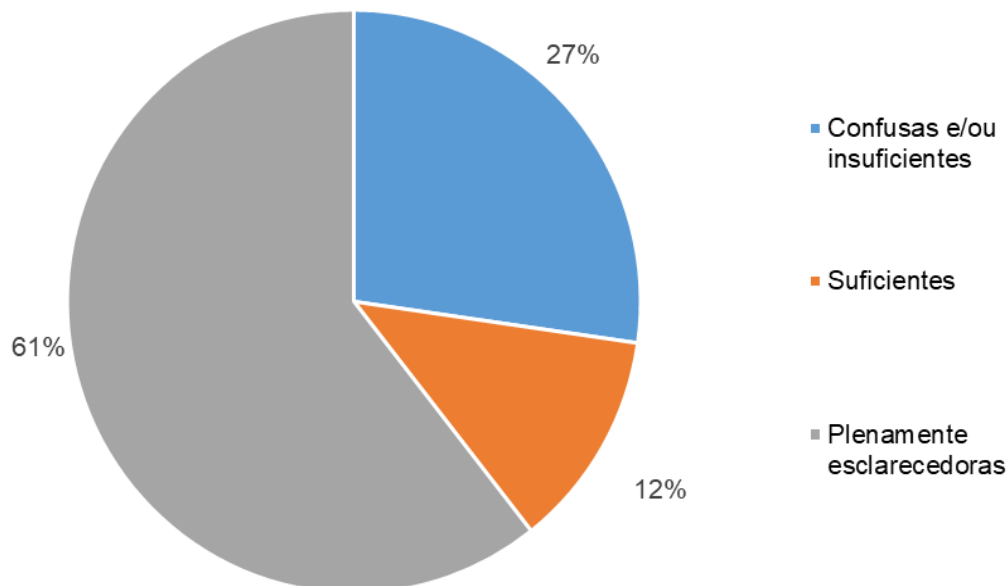
Para Souza (2009) o uso dos diagnósticos participativos representa um verdadeiro avanço para o processo de participação da comunidade e, consequentemente, para a construção da cidadania e o protagonismo dos agricultores, desde que sejam incorporadas as especificidades de cada comunidade. O fato ocorrido na Associação dos

Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita se aproxima dessa situação, pois por meio das práticas aplicadas nas reuniões, principalmente pelos órgãos públicos, havia essa efetividade na fase de implantação da política, pois seu formato geral foi definido ao nível estadual (no caso do Microbacias II).

Foram utilizadas diversas metodologias e dinâmicas que criaram um espaço mais favorável à participação, o que também desenvolveu o interesse da comunidade local, que passaram a adotar as reuniões como forma de deliberação, de encontro para a troca de ideias, participação e descontração. No entanto, aos poucos, foram diminuindo, especialmente após o advento da Pandemia do Coronavírus que levou ao encerramento dos encontros (na época da pesquisa, 2022, pretendia-se voltar aos poucos, pois tiveram pessoas da própria associação que faleceram devido a problemas decorrentes da (Covid-19).

A maioria dos agricultores (61% do total) afirmou que as informações recebidas nas reuniões e nas conversas sobre a aquisição dos bens e contrapartidas foram plenamente esclarecedoras, enquanto outros 12% consideraram suficientes, mas um percentual expressivo, de 27% dos entrevistados, disse que foram confusas e insuficientes (Figura 15). O fato de uma parte dos agricultores não terem compreendido bem as informações pode ser consequência, ao menos em parte, do fato de que somente 42% do total dos entrevistados conseguiram participar de todas as reuniões.

Figura 15 - Distribuição percentual, em função informações recebidas nas reuniões e nas conversas sobre a aquisição dos bens, contrapartidas na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita

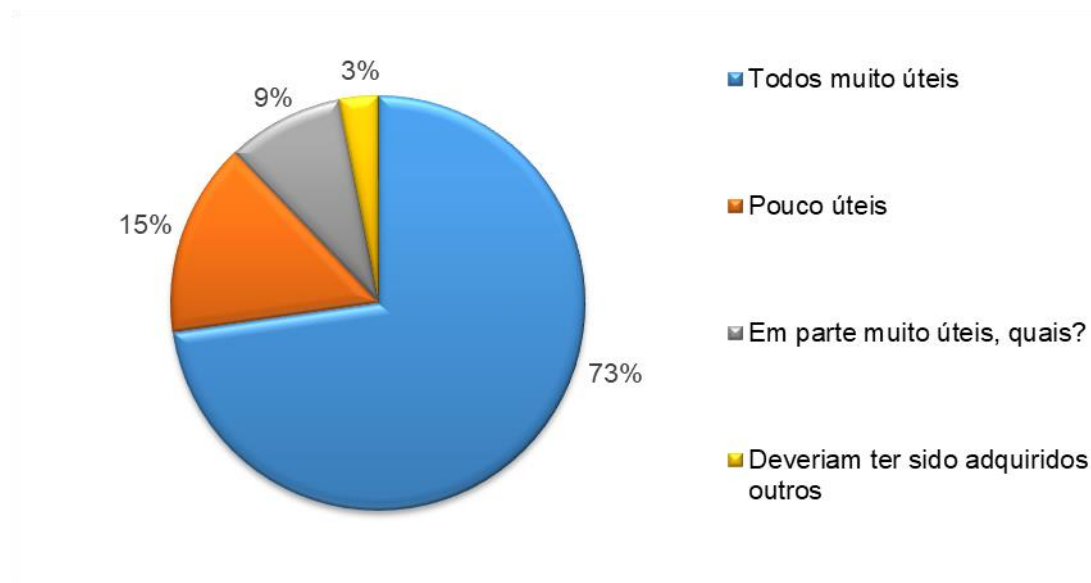


Fonte: Elaborado pela autora.

Os agricultores familiares foram unânimes em dizer, que os equipamentos adquiridos, por meio do Programa Microbacias II, foram muito úteis e concordam que trouxeram benefícios. Conforme observa-se na Figura 16 para 73% dos entrevistados representaram um grande benefício, enquanto apenas 15% acharam pouco úteis, e 9% consideraram apenas em parte muito úteis, pois alegam que poderiam ser melhor aproveitados no dia a dia, enquanto 3% (um produtor) avaliou que deveria ter sido adquirido outros equipamentos.

Observação durante a pesquisa de campo constatou que os equipamentos já adquiridos se encontravam na sede da Associação, alguns guardados em condições inadequadas ou ociosos, por falta de espaço coberto e gestão inadequada, conforme relatos dos próprios agricultores.

Figura 16 - Distribuição percentual, em função de equipamentos adquiridos quanto à utilidade na Associação dos pequenos produtores rurais Assentamento Santa Rita

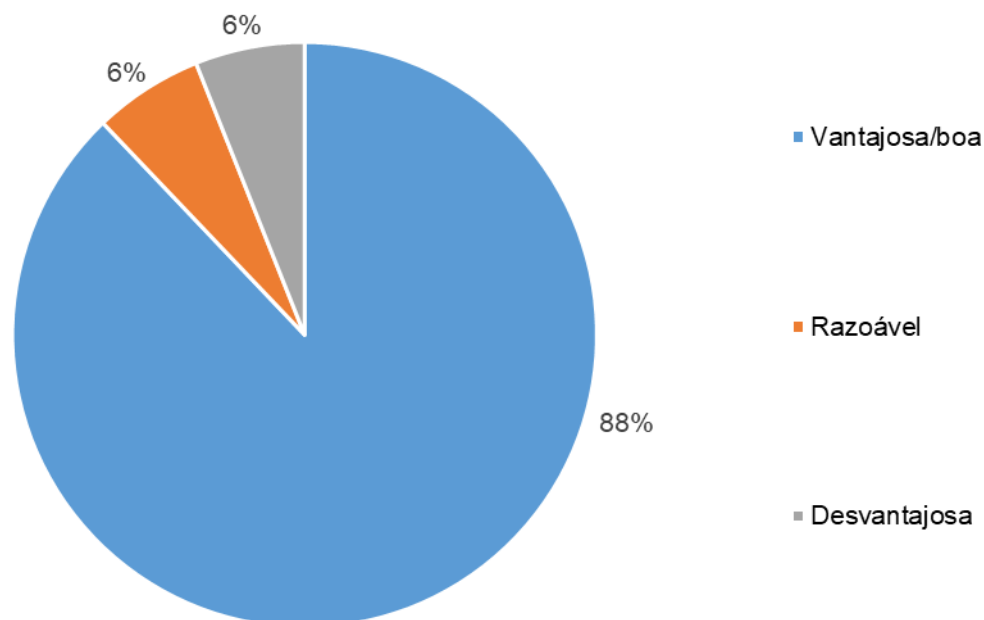


Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto a novos equipamentos ou melhorias necessárias para serem adquiridas/realizadas na Associação, os entrevistados, em sua grande maioria, sugeriram a aquisição de um trator (pois Associação não possui), melhorar a sede, com escritório e móveis, criação de um campo de futebol e de área de lazer.

Quanto à condição de pagamento dos equipamentos adquiridos, para os agricultores da Associação foi quase unânime de que foi “vantajosa/boa” (88% do total), 6% consideraram “razoável”, enquanto outros 6% assinalaram como desvantajosa (Figura 17). A avaliação positiva deve-se principalmente ao retorno que obtiveram com os equipamentos, pois a partir do momento que conseguiram agregar valor aos seus produtos, e transportá-los com qualidade, aumentou os ganhos e tiveram como pagar o financiamento da parte que lhes coube como contrapartida (30% do valor total dos bens).

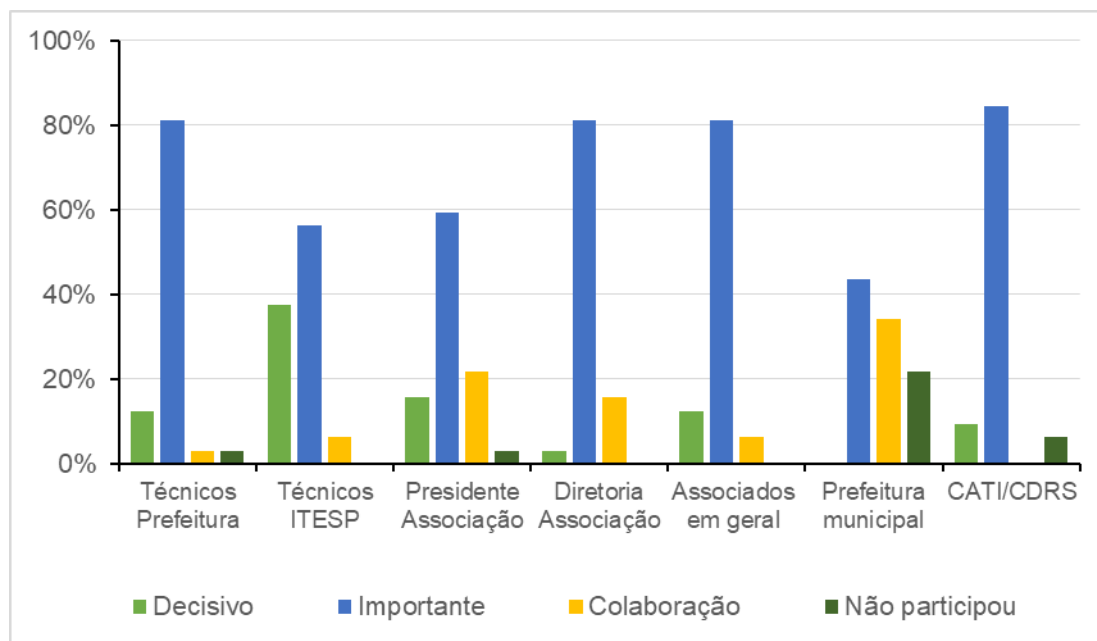
Figura 17 - Distribuição percentual, em função dos equipamentos adquiridos quanto à condição de pagamento na Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita



Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados de acordo com a (Figura 18), mostram a relevância, quanto ao papel desempenhado na discussão da proposta e obtenção dos benefícios relativos ao Programa Microbacias II pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita. A alternativa mais citada para todos os envolvidos foi que tiveram um papel “importante”, sendo que os técnicos da CATI/CDRS, os técnicos da Prefeitura, a diretoria da Associação e os associados obtiveram mais de 80% de menções nessa categoria. O papel “decisivo” foi bem menos citado, mas por isso mesmo permite diferenciar melhor o papel dos envolvidos e aí destacam-se os técnicos do ITESP citados por 37,5% do total de entrevistados, sendo que o segundo mais mencionado nessa categoria foi o presidente da Associação com 15,6% do total de indicações. Observa-se um menor reconhecimento do papel da Prefeitura em que nenhum agricultor considerou “decisivo”, menos da metade considerou “importante” e 21,9% não reconheceu a participação dessa instituição pública no processo, embora os técnicos da prefeitura tenham recebido uma avaliação majoritariamente como “importante” (80% do total).

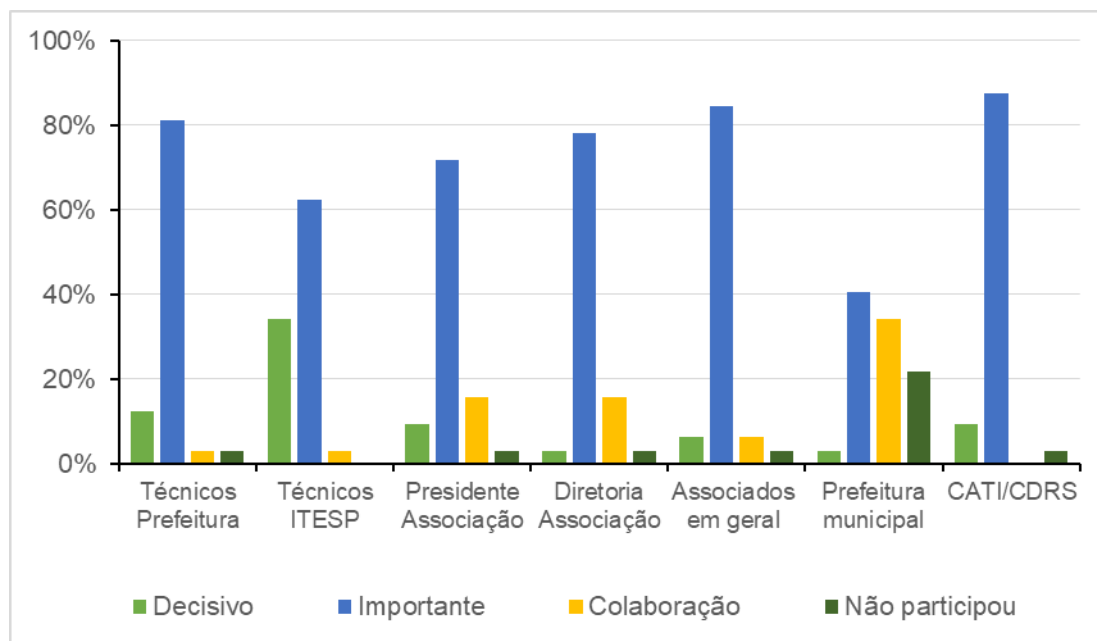
Figura 18 - Distribuição percentual, em função do Papel desempenhado pelas seguintes pessoas, organizações e instituições na discussão da proposta e para a obtenção desses benefícios, adquiridos pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita, por meio do Programa Microbacias II



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 19 traz Papel desempenhado pelos extensionistas, organizações e instituições na gestão e organização da utilização dos equipamentos, adquiridos pela Associação, por meio do Programa Microbacias II. Observa-se que os resultados são muito similares ao obtido em relação à discussão e obtenção dos equipamentos, com pequena melhoria na avaliação do presidente da Associação (considerando-se a soma das categorias “decisivo” e “importante”).

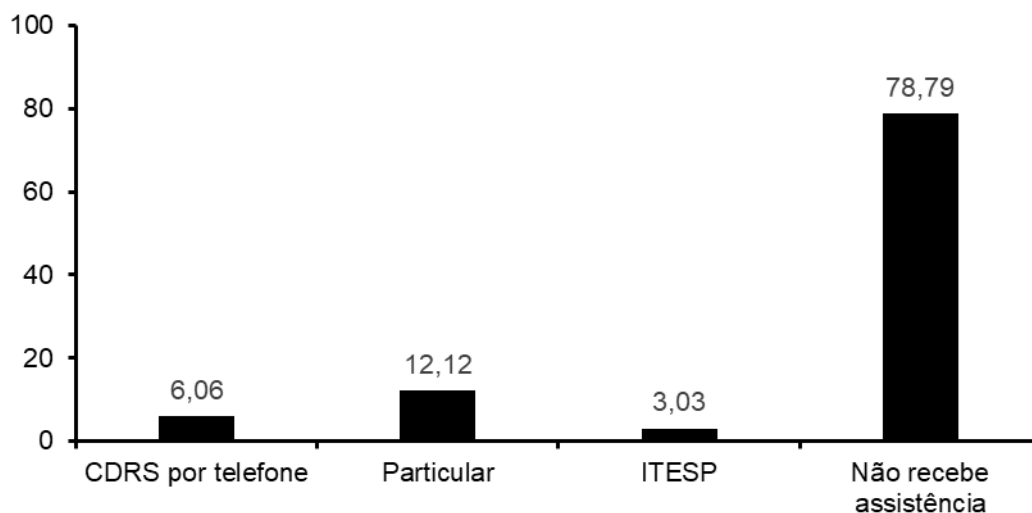
Figura 19 - Distribuição percentual, em função do Papel desempenhado pelas seguintes pessoas, organizações e instituições na gestão e organização da utilização dos equipamentos, adquiridos pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita, por meio do Programa Microbacias II



Fonte: Elaborado pela autora.

Mas a manutenção dessa avaliação positiva das instituições e pessoas envolvida com o uso e gestão dos equipamentos apresenta contradições, pois vários agricultores consideraram que parte dos equipamentos estava ocioso e/ou em local não adequado para guardá-los e 78,79% declararam não terem acompanhamento de ATER no uso e/ou gestão dos equipamentos (Figura 20). Dentre os que responderam que não recebem orientação, a maioria declarou não saber o motivo, enquanto alguns alegam que os extensionistas não estão vindo pela troca de governo e pela falta de projetos, o que também tem levado os agricultores a não plantarem mais como antes. Também citaram a falta de técnicos especializados. Relataram que somente estão tendo a orientação presencial de um técnico do governo, na área veterinária, nos outros casos somente telefone.

Figura 20 - Distribuição percentual, técnicos ou instituições que continuam dando assistência no uso e/ou na gestão dos equipamentos adquiridos pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita



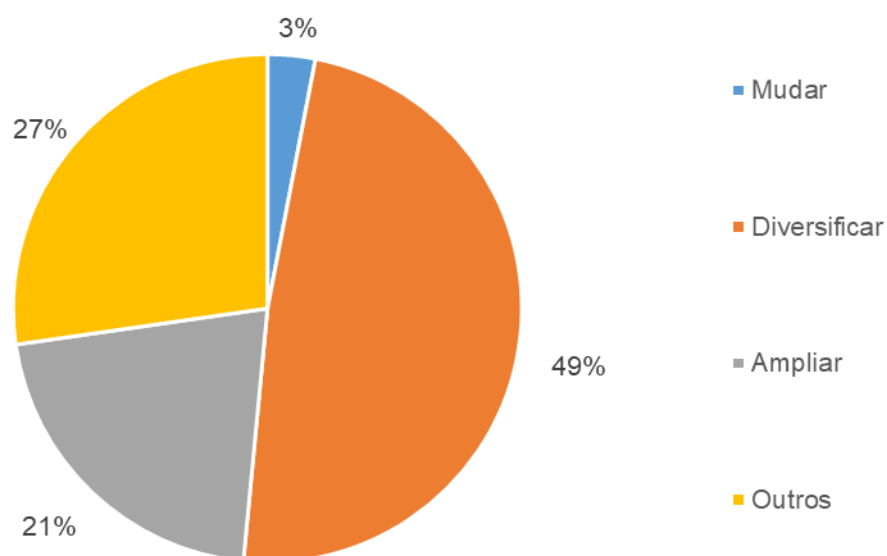
Fonte: Elaborado pela autora.

Atualmente quanto à orientação técnica, em relação à produção, comercialização e/ou gestão do estabelecimento, 81,82% dos agricultores informaram que não estão recebendo assistência, devido à pandemia; enquanto os demais (18,18%) disseram receber algum tipo de assistência técnica, via telefone, por meio dos órgãos públicos, quando solicitam alguma informação.

Nessas orientações em geral, os principais assuntos relatados foram sobre uso de agrotóxico para controle doença, pragas e plantas espontâneas (4 agricultores); 3 controles alternativos (3 agricultores); sobre uso de fertilizantes químicos (4); inserção no mercado/comercialização (3); organização das famílias/agricultores (2) e sobre participação de mulheres ou jovens (2).

A participação no Projeto Microbacias II, de acordo com as respostas dos agricultores pesquisados (Figura 21), demonstra que 49% diversificou sua produção e comercialização e 21% a ampliou, o que está alinhado, ao menos parcialmente, com os Objetivos III e VIII da PNATER que tratam do aumento da produção, da qualidade e da produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários; e da assessoria as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado, respectivamente.

Figura 21 - Distribuição percentual, dos agricultores pesquisados da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita, em relação a mudanças, diversificação ou ampliação da produção em função da participação no Projeto Microbacias II



Fonte: Elaborado pela autora.

Especificamente sobre a acessibilidade e a qualidade do serviço prestado, aspectos que estão incluídos no Princípio II da PNATER, uma das perguntas pontuou sobre o que seria necessário para aperfeiçoar ou tornar mais efetivo o resultado do trabalho da assistência técnica /extensão rural. A maioria abordou aspectos que aparecem nessa fala de um dos agricultores:

Ter a constância de técnicos semanalmente ou mensalmente, de forma gratuita, e bem preparados com qualificação e conhecendo as culturas da região, agrônomos e veterinários como por exemplo, técnicos do estado como era antigamente, vindo mensalmente com equipe, isso não ocorre mais. (AGRICULTOR 24).

Portanto os agricultores reivindicam algo semelhante ao previsto no princípio II da PNATER que prevê acesso a serviço de extensão rural gratuito e de qualidade, como exemplos podemos citar, muitos relatos expressivos, como o do entrevistado de número 17, que diz “que vir mensalmente seria muito importante”; enquanto o Agricultor 32 especifica “se tivessem assistência de forma gratuita, de qualidade e com especialização, seria muito importante”. Mencionam que antes da Pandemia já recebiam pouca

assistência, por órgãos públicos e particulares, com a Covid-19 passaram a ser atendidos somente por telefone, ou por empresas especializadas em venda de produtos, ou por demanda particular.

Landini (2015, p. 376) considera que diante das dificuldades que os técnicos encontram para trabalharem com grupo de produtores, é necessário “fortalecer a formação dos extensionistas da área, incorporar profissionais com formação específica e, inelutavelmente, avançar para uma ATER interdisciplinar” O Agricultor 11 manifesta, com suas palavras, basicamente a mesma ideia: “Precisamos de assistência técnica efetiva e especializada, qualificada, de acordo com a cultura de cada região”.

Desde a primeira versão da PNATER se reconhece a urgência, dos representantes dos agricultores, de participarem da formulação das políticas públicas de assistência, como forma de assegurar os atendimentos das reais necessidades do meio rural (MDA, 2008).

Por meio das entrevistas, ficou bastante claro, que nem os extensionistas na primeira parte do trabalho que atuam em instituições, que declararam ter pouco ou nenhum conhecimento da PNATER e nem os agricultores entrevistados, nessa segunda etapa, manifestaram ter conhecimento da referida Política, sendo que 93,94% do total desconhecem a PNATER, enquanto apenas 6,06% dos agricultores apenas disseram ter algum conhecimento ou ouviram falar dessa Lei como o Agricultor 2 que a mencionou como “uma lei que daria assistência técnica no geral aos produtores familiares e assentados”.

O Agricultor 7 disse: “No município de Agudos, na Feira da Agricultura Familiar e do Trabalhador Rural-AGRIFAM, em uma das reuniões dos agricultores familiares, que foi muito falado sobre PNATER”. Na medida que os agricultores desconhecem a PNATER não conseguem identificar se os extensionistas estão aplicando seus princípios e objetivos e conseguem cobrar seus direitos de cidadãos, como o de construção das condições necessárias para o desenvolvimento rural sustentável, ou seja, o Princípio I e também primeiro Objetivo da PNATER.

Os serviços de Assistência técnica (ATER), ainda estão muito distantes de alcançar grande parte dos agricultores, e um grande desafio da PNATER é aumentar o número de agricultores que tenham acesso aos serviços, conforme consta no próprio Princípio II da PNATER garante “gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural” (BRASIL, 2010). Por meio do Censo Agropecuário 2017, observa-se que uma minoria de agricultores (20% do total) recebe serviços de orientação

técnica (seja pública ou privada), confirmando em um âmbito maior o que se observou nos casos dos membros da Associação pesquisados, sendo que este quadro foi agravado ainda mais após a pandemia, e com retomada muito lenta, principalmente pelos órgãos públicos.

De acordo, com a pesquisa de Sandes e Tenório (2020), realizada no município de Paulo Afonso (BA), em relação aos princípios e objetivos da PNATER, há necessidade de investimento em um programa contínuo de capacitação dos agentes de ATER para que eles repensem e aperfeiçoem sua prática. Consideram que os agentes extensionistas devem ter suporte institucional e se apropriar do conteúdo da política, qualificando a sua prática. As organizações governamentais e não governamentais de Extensão Rural assumem papel importante nesse processo, à medida que, observando a proposta da PNATER, passem a disponibilizar recursos e condições aos agentes de Extensão Rural.

Estas observações corroboram com os resultados obtidos junto à Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita, pois durante a aplicação do questionário vários agricultores reclamaram em relação à qualificação dos serviços prestados e também em relação à falta de formação adequada dos técnicos que deveriam ter um conhecimento mais especializados das principais atividades da região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da visão e forma como atuaram/atuam os extensionistas entrevistados em aspectos relacionados às metodologias de extensão rural evidenciou que em todos os trabalhos/projetos ocorreram iniciativas que buscavam a participação do público beneficiário (Princípio III da PNATER), combinando métodos individuais e grupais tradicionais da extensão rural, mas com pouca diversidade, já que se concentraram em reuniões, cursos, palestras e visitas. Métodos que exigem maior complexidade de organização e intensidade de participação do público (como as dinâmicas de diagnóstico, planejamento e discussão) foram pouco citadas e, frequentemente, foram conduzidas por um profissional externo à equipe ou instituição.

Também se constatou que o alcance dos Objetivos IV da PNATER, referente ao aumento da renda e do bem estar dos agricultores, foi buscado, principalmente, por meio dos Objetivos III e V que tratam da assessoria para a ampliação da produção e a produtividade, da agregação de valor e da organização da comercialização, mas frequentemente as ações não estavam associadas, explicitamente, a outros princípios e objetivos da PNATER que preconizam a utilização de sistemas de produção de base ecológica e a conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e da biodiversidade. A integração do conhecimento científico com o saber empírico e tradicional, exceto em algumas menções vagas sobre a valorização da experiência dos agricultores, está praticamente ausente dos trabalhos analisados, assim como a questão da equidade de gênero e geração não receberam uma abordagem específica em nenhuma das experiências relatadas (nem mesmo em uma que envolve uma associação composta apenas por mulheres).

Este fato decorre, provavelmente, da formação incompleta e/ou da não atualização dos extensionistas, referente tanto a conteúdos ligados à produção de base ecológica e quanto em relação à perspectiva humanista crítica que serviu de base para a elaboração dos princípios e objetivos da PNATER. Não se trata de um problema específico desse grupo de Extensionistas, mas de uma questão que perpassa a formação da grande maioria dos profissionais de ciências agrárias, seja na universidade, seja nas instituições públicas de extensão rural onde passam a atuar.

Portanto não basta a existência de uma política pública com determinadas diretrizes, para que ocorram mudanças efetivas, se faz necessário uma transformação nos modelos de educação e formação de profissionais das ciências agrárias, com a integração

das disciplinas, que muitas vezes são trabalhadas de forma segmentada nos currículos dos cursos de ciências agrárias.

É de vital importância ao extensionista uma formação que lhe proporcione uma visão holística da realidade na qual vai atuar, que lhe permita empregar com segurança metodologias ativas e dinâmicas que estimulem a participação efetiva e ampla do público. Em termos de abordagem o extensionista necessita de condições para uma inserção mais profunda, nas dimensões não exclusivamente técnico-econômicas, que lhe permita visualizar os benefícios mais amplos e a importância do seu trabalho, em termos de contribuição para o desenvolvimento sustentável e a construção da cidadania que são princípios e objetivos mais amplos também presentes na PNATER.

Os agricultores pesquisados vinculados às Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento Santa Rita apresentam características típicas da agricultura familiar no Brasil, que com idade avançada beneficiam-se da renda da aposentadoria, mas ressentem-se da pouca disponibilidade de mão de obra familiar, pois os filhos já deixaram os estabelecimentos. Continuam desenvolvendo esforços (individuais e por meio de suas organizações) de produção e agregação de valor aos produtos, como demonstra a participação ativa dos mesmos no Programa Microbacias, focado na compra de equipamentos para potencializar e dar qualidade à comercialização.

A análise da visão dos agricultores sobre o trabalho de extensão rural desenvolvido para a implantação do Projeto Microbacias II revelou que estes reconhecem o esforço dos extensionistas para que participassem do processo de discussão e definição do projeto, assim como a utilidade e importância dos bens adquiridos. Em relação aos métodos de extensão aplicados, destacaram a relevância das reuniões, nas quais tinham presença assídua, e as consideravam como um momento de encontro, de troca de ideias e informações, e também acreditam ser uma forma de dar dinamismo e transformar a realidade.

Ressentiram com a descontinuidade do trabalho de extensão rural em função do recuo de algumas políticas públicas e do advento da pandemia, que tornou inviável até mesmo as reuniões entre os associados. Reivindicam o retorno da presença do extensionista e de uma assistência técnica de qualidade, gratuita e efetiva, que compareça pelo menos mensalmente, com técnicos especializados, no sentido de conhecerem profundamente as atividades que desenvolvem na região.

Apesar de todos os trabalhos envolverem mais de um princípio e alguns objetivos preconizados pela PNATER, não estão articulados de modo efetivo para atender o

Princípio I e o Objetivo I da PNATER que trata do desenvolvimento rural sustentável, que somente é possível de ser buscado a partir de ações e reflexões integradoras desses princípios e objetivos, ou seja, carecem de uma visão de caráter holístico. Isso ocorre devido as questões de formação dos extensionistas já assinaladas, mas parte dessa formação deve ser continuada e as instituições nas quais estão vinculados não tem mesmo realizado esforços para que seu corpo técnico tenha pleno conhecimento da PNATER, uma ilustre desconhecida de quase todos os extensionistas e também dos agricultores.

O conhecimento dessa Lei poderia ser uma importante ferramenta para estimular a construção, com as famílias agricultoras, de projetos de médio e longo prazo, visando alcançar, o tão almejado, desenvolvimento rural sustentável.

Espera-se que essa análise da visão dos extensionistas e dos agricultores familiares contribua para indicar caminhos que torne mais efetiva a aplicação dos princípios e objetivos da PNATER.

REFERÊNCIAS

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012. 248 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2008. 26 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 06 maio 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Definitivos. Brasília: FIBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017> Acesso em: 28 nov. 2020.

BROSLER, T. M., OLIVEIRA, E. R. L. de, BERGAMASCO, S. M. P. P. Métodos na Nova Extensão Rural: caminho para a participação de quem? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48, 2010, Campo Grande. **Anais Eletrônicos...** Campo Grande: UFMS, 2010. Disponível em: Acesso em: 12 ago. 2022.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v.15, n.4, p. 679-684, 2006.

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites. **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p.275-297, 2017.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia. In: MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. A. (org.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: UFPA/NAEA, 2008. p. 27-50.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: aproximando conceitos com a noção de sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, A. (org.) **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

COTRIM, D. S. As arenas de construção do conhecimento agroecológico como espaços para emergência de um “novo profissionalismo” da ação extensionista. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 298-319, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://doaj.org/article/91df65959e44483b9e660b7a3cd6d389>. Acesso em: 10 jul. 2022.

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno**: um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro: Zahar/Edusp, 1992.

DEGGERONE, Z. A.; LAROQUE, L. F. S.; BARDEN, J. E. Agricultura familiar: o trabalho dos jovens na gestão e reprodução de um modo de vida na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. **Boletim Goiano de Geografia** (Online), Goiânia, v. 34, n. 2, p. 367-379, maio/ago. 2014. Disponível em:

<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/31737/17012>. Acesso em: 22 jul. 2022.

DIESEL, V.; DIAS, M. M. Fundamentos teóricos-metodológicos da extensão rural - quais fundamentos? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO DE EXTENSÃO RURAL, 2., 2010, Santa Maria. **Anais eletrônicos** [...] Santa Maria: UFSM, 2010, p. 1-12.

ECKERT, C. Sistematização de experiências: contribuindo para a construção de saberes e uma ferramenta para o planejamento. In: SILVA, G. P., VENDRUSCOLO, R. (Org.) **Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul**. São Vicente do Sul (RS): Farroupilha – Campus São Vicente do Sul, 2012, p.31-45.

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Código florestal, adequação ambiental da paisagem rural**, 2018. Disponível em <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>Acesso em 24 abr.2022.

FALEIRO, B., T. (2016). **Assistência técnica e extensão rural pública no Distrito Federal frente à proposta da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural** (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.

FRANCO, M. H. M., ROMARCO, M. L., BORGES, T. L., GOMES, M. C. (2019). O discurso institucional das entidades públicas de ATER. **DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate**, v. 9, p. 263-283, 2019.

FREIRE, P. **Extensão Rural ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 184 p.

FROEHLICH, J. M. A novelesca reforma curricular das ciências agrárias e a sustentabilidade: novas demandas, velhos problemas. **Rev. Bras. de Agroecologia**. Santa Maria: UFSM, v. 5, n. 2, p. 3-15, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; **Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios**. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares**, Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Regiões Geográficas - Mapas Estaduais: 35 - Regiões Geográficas Estado de São Paulo**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/2019. Acesso em 20 mai. 2021.

LANDAUE, E. C.; CRUZ, R.K., HIRSCH, PIMENTA, F., M., GUIMARAES D.P. A; Variação **geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 45, n. 2, p. 371-377, fev. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33133798030>. Acesso em: 22 Julho 2022.

LANDINI F.; BIANQUI, V. Socio-demographic profile of different samples of Latin American rural extensionists. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 44, n. 3, p. 575-581, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/kZwQMyj4NrbMYtVfT8N9bGb/?lang=pt> Acesso em: 12 ago. 2022. DOI: 10.1590/s0103-84782014000300030.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315p.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Documento do Seminário Nacional de ATER**. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília, 2008. 65p. (MDA/SAF) Disponível em: <http://mda.gov.br/>. Acesso em: 25mai2020.

MILAGRES, C. S. F; SOUSA, D. N. (Orgs.). **Cooperativismo, Extensão Rural e Processos Participativos**. Palmas: EDUFT, 2016. p. 75-96.

MODENESE, V. S.; SANT'ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis/SP: contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 57, n. 4, p. 636-655, dez. 2019.

MORAES, L. L., JALIL, L. M., SANTOS, J. H., COSTA, M. A. G. OLIVEIRA, M. S. L. Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste. **Interitórios**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 6-31, 2018.

MORAES, M. D. de; SANT'ANA, A. L. **Como Ocorre o Planejamento das Organizações Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural?** Uma Análise do Caso da Empaer em Mato Grosso. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – v.13, n.2, 2018.

OLINGER, G. **Métodos de extensão rural**. Florianópolis: EPAGRI, 2001. 163p.

OLIVEIRA, A. B., TINÔCO, D. dos S., ALLOUFA, J. M. de Lima, ARAÚJO, R. M. de. Uma análise do processo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso do Rio Grande do Norte. **Revista Política Pública**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 157-171, 2011.

ONU. Organização das Nações Unidas. (2018). **FAO celebra decisões da Assembleia Geral para defender agricultura familiar e pesca artesanal**. Publicado em 04/01/2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/faocelbra-decisoes-da-assembleia-geral-para-defender-agricultura-familiar-e-pescaartesanal/>. Acesso em 20abr.2020.

PELEGRINI, D. F.; SIMÕES, J. C. Desempenho e problemas da cafeicultura no estado de Minas Gerais: 1934 a 2009. Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**, v. 6, n. 12, 2011.

PERIN G., CORDEIRO A. F. S. ALMEIDA P. A. SPÍNOLA C., COSTA F.C., PELLA A.F.C, SAMBUICHI R.H.R. **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos: uma análise da trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, n. 2691).

RAMBO, J. R., DINIZ, R., F., HESPANHOL, N., A., SANT'ANA A., L. Políticas Públicas de Extensão Rural no Brasil Contemporâneo: Avanços e Desafios à Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53, 2015, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2015. p. 1 - 15. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.5/1/4598.pdf>. Acesso em: 08 mar.2020.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8963/5075>. Acesso em: 9 jan. 2022.

SAMBUICHI, R. H. R., ALMEIDA A. F. C. S., PERIN, G., SPÍNOLA P.A. C., PELLA, A.F. C. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como Estratégia de Enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, 2020.

SANDES, L. C. M.; TENÓRIO, P. P. A PNATER: reflexões sobre os seus princípios e objetivos a partir da percepção de extensionistas rurais do município de Paulo Afonso, Bahia. **Interações**, MS, v. 21, n. 4, 2020, p. 915-925.

SILVA, P. V.; GRZEBIELUCKAS, C.; SANTOS, J. S. C. Benefícios e entraves do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Diamantino-MT. **Revista NERA**, [s. l.], v. 22, n. 49, p. 168-188, 2019.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, Agrário/ Secretaria da Agricultura Familiar. Brasília, 2010. 65p. (MDA/SAF).

SOUZA, M. M. O. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). **Em Extensão**, v.8, p.34-47, 2009.

THIOLLENT, M. I. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ZAMBRA, E. M.; SOUZA, P. A. R.; COSTA, S. R. O capital social e suas implicações na política de assistência técnica e extensão rural em Mato Grosso. **Holos**, Natal-RN, v. 1, ano 34, p. 271-287, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5130/pdf>. Acesso em: 19 Jul. 2022.

APÊNDICE A - Ficha do Extensionista

EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL NO NOROESTE PAULISTA E A PNATER: A VISÃO DOS EXTENSIONISTAS E AGRICULTORES FAMILIARES.

Nº da ficha: _____ Data da entrevista: ____/____/____

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- 1.1 Nome: _____ 1.2 Fone: _____
- 1.3 Idade: _____ 1.4 Município: _____
- 1.5 Escolaridade _____
(formação Técnica/graduação): _____
- 1.6 Atualização profissional (curso/pós-graduação): _____
- 1.7 Tempo de atuação na área de extensão rural: _____

2. DADOS DA INSTITUIÇÃO OU ORGANIZAÇÃO E DO VÍNCULO DO ENTREVISTADO

- 2.1 Nome da instituição ou organização ao qual está vinculado: _____
- 2.2 Função exercida: _____
- 2.3 Tempo de trabalho ou vínculo à instituição/organização: _____ anos
- 2.4 Município(s) em que trabalha: _____

3. DADOS DO TRABALHO/PROJETO

- 3.1 Título do projeto/trabalho: _____
- 3.2 Período de execução: _____ () Concluído () Interrompido () Em andamento
- 3.3 Tipo de público: () Agricultores(as) familiares () Outro: _____
- 3.4 Perfil do público (gênero, etnia e faixa etária): _____
- 3.5 Número envolvido diretamente nas atividades de extensão: _____ famílias/ _____ pessoas
- 3.6 Público organizado em: () Associação () Cooperativa () Grupo informal
() Outro tipo: _____ () Nenhum
- 3.7 Abrangência territorial do trabalho/projeto: () Municipal () Regional () Estadual

3.8 Quais foram os recursos (financeiros ou de outro tipo) utilizados para o desenvolvimento do trabalho/projeto? _____

3.9 Composição e características dos demais membros da equipe do trabalho/projeto (se for o caso):

Nome	Formação	Função	Período de atuação

APÊNDICE B - Formulário de entrevista aplicado aos extensionistas

A pesquisa deverá estar à disposição de todos na biblioteca e no *síte* da Faculdade a partir do segundo semestre de 2022.

Obs.: Não serão divulgados os nomes ou quaisquer dados que identifiquem os (as) agricultores (as).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA
DEPTO DE FITOTENIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA
PESQUISA: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL NO NOROESTE
PAULISTA E A PNATER: A VISÃO DOS EXTENSIONISTAS E AGRICULTORES
FAMILIARES.

Nº da entrevista: _____ Data da entrevista: ____/____/____

1. Aspectos gerais do trabalho /projeto de extensão rural

1.1 Quais foram (ou são) os principais objetivos do trabalho/projeto?

2. Origem e planejamento do trabalho/projeto

2.1 Como surgiu a ideia do trabalho/projeto? [verificar se partiu do extensionista/empresa ou de uma demanda da comunidade ou público envolvido]

2.2 Como ocorreu o planejamento inicial das atividades? [buscar captar quais foram as metodologias utilizadas nessa fase, o tipo de participação do público nas atividades de planejamento e se o trabalho/projeto foi alterado em função de demandas/sugestões do público]

3. Características gerais do trabalho/projeto realizado

3.1 Como foi escolhido o público participante? [baseou-se em quais critérios?]

3.2 Quais os principais assuntos (conteúdos) abordados nas atividades de extensão rural realizadas?

3.3 Descreva as metodologias de extensão rural utilizadas no trabalho. [Ex.: Cursos, reuniões, palestras, oficinas, demonstrações de técnicas, unidades demonstrativas, dias de campo, viagens técnicas/excursão, seminários, etc.]

3.4 Foram utilizadas técnicas didáticas/dinâmicas durante as atividades metodológicas de extensão rural? [caso sim] Quais? [FOFA, Diagrama de Venn, Tempestade de ideias, grupos de discussão, cochicho, elaboração de mapas ou outras]

- 3.5** Quais meios de comunicação foram empregados para divulgar e/ou durante as atividades realizadas? [cartilhas, folders, vídeos, meios de comunicação de massa, mídias sociais, outras?]
- 3.6** Na sua visão, quais foram os principais resultados do trabalho/projeto?
- 3.7** Na sua visão, quais foram as principais dificuldades/desafios encontrados durante a realização do trabalho/projeto?

4. Características específicas das atividades realizadas no trabalho/projeto

- 4.1** Realizou-se atividades específicas visando a utilização adequada dos recursos naturais e/ou a preservação do meio ambiente? [caso sim] Quais?
- 4.2** Foram desenvolvidas ações/atividades que contribuíram para a diversificação da produção? [caso sim, verificar também se diversificação ampliou apenas o autoconsumo das famílias ou também a comercialização]
- 4.3** Houve a capacitação para práticas de produção orgânica, agroecológicas e/ou alternativas? [caso sim] Quais práticas foram abordadas? [sementes crioulas, controle alternativo de pragas, doenças ou plantas espontâneas, adubação orgânica/compostagem, adubação verde, biofertilizantes, etc.]
- 4.4** As atividades do trabalho/projeto exigiram a aquisição de novos insumos, máquinas e/ou equipamentos por parte do público? [caso sim] Quais?
- 4.5** Ocorreram mudanças em relação à utilização de recursos próprios do estabelecimento em função das atividades do trabalho/projeto? [caso sim] Quais?
- 4.6** Houve ações voltadas para a formação e/ou fortalecimento de grupos informais, associações e/ou cooperativas? [caso sim] Quais?
- 4.7** Foram realizadas ações relacionadas à comercialização dos produtos agropecuários (ou outros de interesse do público, como artesanato e produtos processados)? [caso sim] Quais?
- 4.8** As atividades realizadas pelo trabalho/projeto proporcionaram mudanças na renda do público participante? Quais? [verificar se é a resposta baseou-se na percepção do entrevistado ou em averiguação realizada]
- 4.9** O trabalho/projeto beneficiou (direta ou indiretamente) outros segmentos sociais do município ou região? [caso sim, verificar quais e de que maneira]
- 4.10** Você considera que foram obtidos melhores resultados concretos em relação a qual(is) desses aspectos tratados no trabalho/projeto? [melhoria da utilização dos recursos naturais e/ou conservação do meio ambiente; diversificação da produção;

práticas de agricultura orgânica/agroecologia; maior utilização de recursos do estabelecimento/ampliação da autonomia do agricultor/família; organização do público em termos de produção e/ou comercialização; aumento da renda]

4.11 Quanto às metodologias de extensão rural utilizadas, quais você considera que tiveram melhores resultados? Por quê?

5. Avaliação do trabalho/projeto

5.1 Foi realizada alguma avaliação geral dos resultados obtidos no trabalho/projeto? [caso sim] Como foi realizada? [verificar métodos utilizados, quem participou da avaliação, qual encaminhamento foi dado aos resultados da avaliação]

5.2 Durante (ou após) a execução do trabalho/projeto foram feitas avaliações das atividades? [caso sim] Descrever como foram realizadas. [verificar também frequência das mesmas]

5.3 Indique uma ou duas pessoas participantes do trabalho/projeto que teriam condições de avaliar o que foi realizado (liderança de grupo informal, presidente de associação/cooperativa, etc.).

6. Relação com a PNATER

6.1 Você tem conhecimento sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, instituída pela Lei nº 12.188/2010)? [caso sim, verificar como obteve informações sobre a PNATER, se foi em capacitações na instituição em que trabalha ou por outros meios]

6.2 [caso sim no item 6.1] Você concorda com os princípios e objetivos que constam da PNATER?

6.3 Considera que a instituição que você faz parte, busca executar o trabalho de extensão rural, seguindo as orientações (princípios e objetivos) contidos na PNATER?

APÊNDICE C – Questionário aplicado aos Agricultores Familiares

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA

DEPTO DE FITOTENIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA

PESQUISA: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL NO NOROESTE PAULISTA E A PNATER: A VISÃO DOS EXTENSIONISTAS E AGRICULTORES FAMILIARES.

Questionário dirigido aos(às) agricultores(as)

Nº do questionário: _____ Data da entrevista: _____

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____ Telefone: _____

1.2 Endereço: _____ Município: _____

1.3 Idade: _____ anos

1.4 Escolaridade: _____

1.5 Desde quando trabalha como agricultor(a)? _____ anos E nessa área? _____ anos

2. DADOS DA FAMÍLIA E DA MÃO DE OBRA

2.1 Qual o número de pessoas da família que:

2.1.1 Moram na propriedade? _____ 2.1.2 E que trabalham na propriedade? _____

2.2 Há pessoas da família que possuem rendas não-agrícolas (proveniente de trabalho, aposentadoria, aluguéis, etc.)? Não () () Sim, tipo de renda:

2.3 Utiliza mão-de-obra de terceiros para ajudar no serviço da propriedade/lote? () Não (...) Sim

() Empregado permanente () diaristas () troca-de-dias () outro tipo: _____

3. DADOS DO(S) ESTABELECIMENTO(S)

3.1 Área própria (Total): _____ ha

3.2 Área arrendada de terceiros: _____ ha **3.3** Área arrendada a terceiros: _____ ha

3.4 Caracterização das principais explorações do estabelecimento

3.4.1 Bovinocultura

3.4.1.1 N° total de cabeças: _____ 3.4.1.2 Produção média de leite: _____ litros/dia

3.4.1.3 Produtividade média: _____ l/dia 3.4.1.4 N° médio de animais vendidos ao ano: _____ cab.

3.4.1.5 Destino da Produção: _____

3.4.2 Outras criações

Espécie	Quantidade	Autoconsumo	Comercialização
Aves (n° de			
Suínos (n° de			
Ovinos (n° cab)			

3.4.3 Exploração vegetal

Culturas e forrageiras	Área ou n° de pés	Produção Total	Destino da Produção	
			Auto-consumo	Comercialização (especificar para quem)

4 ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1 Crédito Agrícola e/ou pecuário

4.1.1 Possui financiamento agrícola vigente (para pagar ou pagando)?

() sim () não: Motivo: _____

4.1.2 (Em caso afirmativo) Utilizou o crédito para qual finalidade? _____

4.1.3 Qual a linha de crédito? () Pronaf () Outra: _____

4.2 Recebia assistência técnica antes de iniciar a pandemia? () Não

() Sim: () regularmente () esporadicamente Empresa: _____

4.3 Recebe atualmente assistência técnica? () Não

() Sim: () regularmente () esporadicamente Empresa: _____

4.4 Nos últimos anos, participou e/ou recebeu benefícios das seguintes políticas públicas?

() Microbacias I () Microbacias II () Território Rural

() PAA () PNAE () PPAIS (...) Outra: _____

5.0 O PROJETO MICROBACIAS II E O TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL

5.1 O(A) senhor(a) esteve presente nas reuniões em que foi decidida a participação da Associação dos Pequenos Produtores dos Assentados do Santa Rita, no Projeto Microbacias II do governo estadual?

() Sim, de todas () Sim, em algumas () Não () Outra resposta: _____

5.2 Em uma ou mais reuniões foram utilizadas técnicas visando maior participação ativa dos agricultores, como divisão dos presentes em pequenos grupos para discussão, uso de tarjetas de cartolina para captar ideias e propostas dos presentes, etc.? () Não

() Sim, o que foi feito? _____

5.3 O(A) senhor(a) considera que as informações recebidas nas reuniões e nas conversas sobre a aquisição dos bens, contrapartidas da Associação e demais compromissos a serem assumidos foram:

() Confusas e/ou insuficientes () Suficientes () Plenamente esclarecedoras

5.4 Qual sua opinião sobre os equipamentos adquiridos quanto à utilidade (Caminhão refrigerado, trator e ensiladeira, encanteirador, distribuidor de calcário, beneficiadora de vegetais, beneficiadora de citros):

☐ Todos muito úteis ☐ Em parte muito úteis, quais? _____

☐ Pouco úteis ☐ Deveriam ter sido adquiridos outros. Quais? _____

☐ Outra resposta: _____

5.5 Qual sua opinião sobre os equipamentos adquiridos quanto à condição de pagamento?

☐ Vantajosa/boa ☐ Razoável ☐ Desvantajosa ☐ Outra resposta: _____

5.6 Qual foi o papel desempenhado pelas seguintes pessoas, organizações e instituições na discussão da proposta e para a obtenção desses benefícios:

- Técnicos CATI/Pref.: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração ☐ Não participou

- Técnico do ITESP: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração ☐ Não participou

- Presidente da Associação: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração

☐ Não participou

- Diretoria da Associação: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração () Não participou

- Associados em geral: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração

☐ Não participou

- Prefeitura Municipal: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração

☐ Não participou

- CATI/CDRS: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração

☐ Não participou

- Outra: _____ ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração ☐ Não participou

☐ Não soube responder

5.7 Qual foi o papel desempenhado pelas seguintes pessoas, organizações e instituições na gestão e organização da utilização dos equipamentos adquiridos:

- Técnicos CATI/Pref.: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração
☐ Não participou
- Técnico do ITESP: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração
☐ Não participou
- Presidente da Associação: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração
☐ Não participou
- Diretoria da Associação: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração
☐ Não participou
- Associados em geral: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração
☐ Não participou
- Prefeitura Municipal: ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração
☐ Não participou
- Outra: _____ ☐ Decisivo ☐ Importante ☐ Colaboração
☐ Não participou
- ☐ Não soube responder

5.8 Quais técnicos ou instituições continuam dando assistência no uso e/ou na gestão dos equipamentos adquiridos? _____

5.9 A participação nesse Projeto Microbacias II levou o(a) senhor(a) mudar, diversificar ou ampliar a produção e/ou a comercialização? ☐ Não, por quê? ____

☐ Sim, o quê mudou? _____

5.10 Quais equipamentos adquiridos o(a) senhor(a) têm utilizado (direta ou indiretamente)?

- Caminhão refrigerado: ☐ Regularmente ☐ Ocasionalmente
☐ Raramente ☐ Nunca
- Trator: ☐ Regularmente ☐ Ocasionalmente ☐ Raramente ☐ Nunca

- Ensiladeira: ☐ Regularmente ☐ Ocasionalmente ☐ Raramente ☐ Nunca
- Encanteirador: ☐ Regularmente ☐ Ocasionalmente ☐ Raramente ☐ Nunca
- Distribuidor de calcário: ☐ Regularmente ☐ Ocasionalmente ☐ Raramente ☐ Nunca
- Beneficiadora de vegetais: ☐ Regularmente ☐ Ocasionalmente ☐ Raramente ☐ Nunca
- Beneficiadora de citros: ☐ Regularmente ☐ Ocasionalmente ☐ Raramente ☐ Nunca
- Outros equipamentos ou serviços que utiliza da Associação: _____

5.11 Atualmente qual a sua participação na Associação?

- ☐ Cargo na diretoria/conselho fiscal ☐ Participo em reuniões
- ☐ Uso serviços do trator
- ☐ Entrego produtos que são transportados pelo caminhão refrigerado
- ☐ Não participo
- ☐ Outro tipo de participação: _____

5.12 O(a) senhor(a) tem recebido orientações de técnicos em relação à produção, comercialização e/ou gestão do estabelecimento, por meio de ☐ visitas na propriedade, ☐ palestras, ☐ cursos ou ☐ outras formas de assistência técnica? ☐ Não, por quê?

- ☐ Sim, quais técnicos? _____

5.13 [Caso a resposta tenha sido “sim” na questão 5.8] Quais tipos de orientações o(a) senhor(a) tem demandado ou recebido?

- ☐ Uso de agrotóxicos para controle de doenças, pragas e plantas espontâneas
- ☐ Controle alternativo (caldas, iscas, repelentes, etc.) de doenças, pragas e plantas espontâneas
- ☐ Uso de fertilizantes químicos ☐ Uso de adubação orgânica e/ou realização de compostagem

☐ Técnicas de plantio, tratos culturais e colheita

☐ Inserção no mercado/comercialização

☐ Agregação de valor aos produtos ☐ Procedimentos de gestão da propriedade

☐ Organização das famílias/agricultores ☐ Participação da mulheres e/ou jovens

☐ Outros assuntos: _____

5.14 Na sua opinião, o que é necessário para aperfeiçoar e/ou tornar mais efetivo os resultados do trabalho de assistência técnica/extensão rural? _____

5.15 O(A) senhor(a) tem algum conhecimento sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pela Lei nº 12.188/2010)? ☐

Não ☐ Sim. Comentário: _____

4.OBSERVAÇÕES: _____